

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PV
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PSDB
2º-Vice-Presidente: deputado Cristiano Silveira – PT
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – PRB
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

1 – ATAS

1.1 – 24ª Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura
1.2 – Comissões

2 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

3 – ACORDO DE LÍDERES

4 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA



ATAS

ATA DA 24ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 18/6/2020

Presidência dos Deputados Agostinho Patrus e Tadeu Martins Leite

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: Ata – Interrupção dos trabalhos; Composição da Mesa; Destinação da Interrupção dos Trabalhos; Assinatura de Documento de Repasse de Recursos Financeiros; Palavras da Sra. Sandra Regina Goulart Almeida; Palavras do Presidente; Reabertura dos Trabalhos – 2ª Parte (Ordem do Dia): Suspensão e Reabertura da Reunião – Orientações sobre a Votação Remota – Votação de Proposições: Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 102/2020; designação de relator; emissão de parecer pelo relator; Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.802/2015; designação de relator; emissão de parecer pelo relator; Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.921/2020; designação de relator; emissão de parecer pelo relator; Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.968/2020; designação de relator; emissão de parecer pelo relator; Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.004/2020; designação de relator; emissão de parecer pelo relator; Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.033/2020; designação de relator; emissão de parecer pelo relator; Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.041/2020; designação de relator; emissão de parecer pelo relator – Votação nominal e remota do Projeto de Resolução nº 102/2020; aprovação – Votação nominal e remota do Substitutivo nº 2 ao Projeto de Lei nº 1.802/2015; aprovação; prejudicialidade do Substitutivo nº 1 – Votação nominal e remota do Substitutivo nº 1 ao Projeto de Lei nº 1.921/2020; aprovação – Votação nominal e remota do Substitutivo nº 1 ao Projeto de Lei nº 1.968/2020; aprovação – Votação nominal e remota do Substitutivo nº 1 ao Projeto de Lei nº 2.004/2020; aprovação – Votação nominal e remota do Substitutivo nº 1 ao Projeto de Lei nº 2.033/2020; aprovação – Votação nominal e remota do Substitutivo nº 1 ao Projeto de Lei nº 2.041/2020; aprovação – Votação de Pareceres de Redação Final: Designação de relator; emissão dos Pareceres de Redação Final do Projeto de Resolução nº 102/2020 e dos Projetos de Lei nºs 1.802/2015 e 1.921, 1.968, 2.004, 2.033 e 2.041/2020 pelo relator; votação nominal e remota dos pareceres; aprovação – Declarações de Voto – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Agostinho Patrus – Antonio Carlos Arantes – Alencar da Silveira Jr. – Tadeu Martins Leite – Carlos Henrique – Arlen Santiago – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho –

Bosco – Bráulio Braz – Bruno Engler – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Laura Serrano – Leandro Genaro – Leninha – Léo Portela – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Irineu – Raul Belém – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Thiago Cota – Tito Torres – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

Abertura

O presidente (deputado Agostinho Patrus) – Às 14h9min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos.

1ª Parte

Ata

– O presidente, nos termos do § 3º do art. 2º da Deliberação da Mesa nº 2.737/2020, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada, e a subscreve.

Interrupção dos Trabalhos

O presidente – A presidência, a partir deste momento, interrompe os trabalhos para a realização do ato de assinatura de documento que formaliza repasse de recursos financeiros referente ao Termo de Parceria de cooperação técnica entre a ALMG e UFMG.

Composição da Mesa

O presidente – A presidência convida para compor a Mesa a Exma. Sra. Sandra Regina Goulart Almeida, reitora da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG; e os Exmos. Srs. deputados Cássio Soares, líder do bloco Liberdade e Progresso; e Ulysses Gomes, líder da Minoria.

Destinação da Interrupção dos Trabalhos

O presidente – Desde o início da pandemia causada pelo novo coronavírus, a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais destina sua estrutura e recursos para o enfrentamento da Covid-19, tendo como um dos principais parceiros a UFMG.

Para o apoio ao desenvolvimento de projetos e ações de pesquisa, inovação e extensão com vistas ao combate à pandemia de Covid-19, a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais repassa hoje recursos financeiros referentes à cooperação técnica entre a Assembleia e a UFMG.

Assinatura de Documento de Repasse de Recursos Financeiros

O presidente – Assinaremos agora o documento de repasse de recursos financeiros à UFMG para o apoio ao desenvolvimento de projetos e ações destinados ao combate à pandemia de Covid-19, no valor de um milhão quinhentos e quarenta e sete mil trezentos e oitenta e oito reais (R\$ 1.547.388,00).

– Procede-se à assinatura do documento.

Palavras da Sra. Sandra Regina Goulart Almeida

Boa tarde a todos e a todas. Gostaria, primeiramente, de cumprimentar o nosso presidente, deputado Agostinho Patrus. Cumprimento também o deputado Cássio e o deputado Ulysses, que estão aqui conosco. Cumprimento também todos os outros deputados que nos acompanham nesta cerimônia que para nós é tão importante e que marca mais uma parceria da Universidade Federal de Minas Gerais com a Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

Este é um momento muito especial. Já temos uma parceria para comemorar os 300 anos de Minas Gerais, não é mesmo, deputado? Temos também uma parceria excelente e que foi imprescindível num momento de grandes dificuldades da nossa instituição, que foi quando a pandemia se iniciou em março e os nossos hospitais não estavam preparados naquele momento, com muitas necessidade de EPIs específicos e de medicamentos, mas a Assembleia firmou uma parceria conosco e juntos fizemos um financiamento coletivo para apoiar o Hospital das Clínicas da UFMG, apoiar também o Risoleta, que é gerenciado pela UFMG, assim como a UPA Centro-Sul.

Então ficam aqui os meus agradecimentos por essa campanha conjunta, e agora passamos para mais um momento de parceria com a UFMG. Tenho dito que a universidade é uma universidade federal, mas ela está firmemente localizada no Estado de Minas Gerais. Ela é um patrimônio de Belo Horizonte, um patrimônio principalmente do Estado de Minas Gerais. E aqui cumprimos o nosso compromisso com Minas Gerais, dada a nossa relevância de atuar no nosso estado.

Esse repasse, esse acordo de cooperação envolve três ações que são imprescindíveis no combate à Covid-19, e a primeira ação é justamente esse projeto desses protetores faciais, como o que estou usando hoje. É um protetor produzido na UFMG e que está sendo distribuído para os hospitais públicos, para o Hospital das Clínicas, para o Risoleta e vários outros, e ele tem tido um papel muito importante desde o início da pandemia. Então esses recursos serão muito bem-vindos e ajudarão muito no desenvolvimento desse projeto.

O outro é um projeto de ventiladores pulmonares também já em execução e já em andamento com a nossa equipe da Escola de Engenharia e também com outros professores de várias áreas do conhecimento, o que também vai atender os hospitais públicos do nosso estado.

Existe ainda um terceiro projeto que também tem impacto, um projeto importante da UFMG, de telessaúde, ligado ao Hospital das Clínicas, da UFMG, e também à Faculdade de Medicina, que visa justamente fazer ações no sentido de atender todo o Estado por meio da telemedicina, responder a problemas e dúvidas apresentadas, formar pessoas que não podem se deslocar para Belo Horizonte. Então é um projeto muito importante para todo o Estado de Minas Gerais; um projeto que é referência para o nosso país e que agora poderá cumprir a sua missão maior, que é atender o nosso estado e a nossa cidade.

Então esses três projetos têm um papel muito importante no combate à Covid-19, neste momento tão difícil para todos nós. Fica aqui o nosso agradecimento à Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Esse é um movimento importantíssimo, e tenho dito sempre que nunca a UFMG teve uma parceria tão profícua e tão intensa com a Casa do povo, que é a Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Dessa forma, podem contar com a UFMG sempre que for necessário.

Eu gostaria de terminar a minha fala apenas com um breve trecho de um artigo que escrevi recentemente e que foi publicado no Estado de Minas: Para que servem as universidades? E, no final, digo o seguinte: Este é um daqueles momentos críticos que trazem sofrimento para toda uma população, mas que certamente passará. Quando a crise acabar, ficará na memória a capacidade que demonstramos de permanecer de pé, com fé, e de escolher o nosso destino de sermos ativos.

Em 1918, não sei se vocês sabem disso, ano que a jovem capital de Minas enfrentou a sua primeira grande crise com a pandemia da gripe espanhola, a nossa escola de medicina transformou suas instalações em um hospital provisório, com 112 leitos e 9 enfermarias. Os nossos professores, à época, os nossos servidores, os estudantes atuaram ali acolhendo a população mais vulnerável e se mobilizando também para prestar serviços em vários postos de atendimento que tiveram de ser improvisados por toda a cidade de

Belo Horizonte. Hoje não é diferente. Fazemos o que se espera de nós, o que se espera de uma universidade federal, para que daqui a 100 anos o povo de Minas Gerais continue sabendo que pode contar com a sua universidade, a Universidade Federal de Minas Gerais, qualquer que seja o desafio que teremos pela frente.

Muito obrigada. Um agradecimento especial ao presidente, deputado Agostinho Patrus. Como eu digo sempre, ele mora no coração da UFMG. Sua mãe foi uma grande referência justamente na Faculdade de Medicina, e nós somos sempre gratos ao trabalho e à dedicação dela e também ao empenho que o senhor tem tido ao colaborar com a UFMG. Muito obrigada.

Palavras do Presidente

Muito obrigado pelas palavras. Agradecemos a parceria à reitora da UFMG, Sandra Regina Goulart Almeida.

Gostaria de fazer uma comunicação ao Plenário: recebemos, com muita tristeza, a notícia da morte do ex-reitor da Universidade Federal de Minas Gerais, o Prof. Tomaz Aroldo da Mota Santos. Baiano da cidade de Jacobina, graduou-se em farmácia pela UFMG com especialização e doutorado na área da saúde. Dedicou sua carreira acadêmica às pesquisas e à formação de novos pesquisadores. Publicou inúmeros trabalhos no campo da imunobiologia, seja como coordenador do Instituto de Ciências Biológicas ou também como reitor de extensão e principalmente como reitor da UFMG. O Prof. Tomaz, defensor ferrenho da universidade pública, deixa um legado inestimável para Minas e para o Brasil. (- Lê:): “‘Infunde vida nova’, disseram os fundadores da UFMG há 92 anos em 7/9/1927, quando definiram o lema da instituição que traduz o compromisso inarredável dessa universidade, com a renovação e a transformação, ao passo que significa a perpétua inquietude do homem de ciência. A caminho do seu centenário, a UFMG continua fiel ao seu legado histórico, uma herança que se sustenta no indispensável papel da universidade na produção e disseminação de conhecimento de qualidade e excelência. É também um legado de defesa do ensino público gratuito e diverso, como meio indispensável para a construção de uma sociedade mais democrática, ética e justa. No seu discurso de posse, o primeiro reitor da UFMG, Francisco Mendes Pimentel, ressaltou a vocação da instituição e rejeitou o conhecimento estanque e impenetrável. Em sua oração, destacou uma das mais relevantes vocações da universidade: a autonomia administrativa e didática, ‘não podendo ser cúmplice passiva de tiranias.’ Parece que o primeiro reitor Mendes Pimentel enxergou o futuro de alguma maneira. Quero me utilizar aqui também de uma frase muito importante de Freud, que dizia que a ciência não é uma ilusão, mas seria uma ilusão acreditar que poderemos encontrar em outro lugar o que ela não pode nos dar.

Portanto, essa liderança regional e nacional da UFMG enche todos os mineiros de orgulho, porque sabemos que o ensino, a extensão, a cultura, a pesquisa científica, a geração de patentes são reconhecidas não só no Brasil mas também em todos os cantos do mundo. Aproveito aqui para destacar o brilhantismo da atuação da Profa. Sandra Goulart à frente da reitoria, com a execução de importantes projetos, além da defesa e administração da instituição nesse momento tão conturbado e tão crítico. Essa cooperação que estamos ampliando no dia de hoje vai conferir ferramentas para que o efeito dessa grave pandemia possa ser atenuado no nosso estado.

É importante ressaltar que os recursos que serão aportados partem dos 77 deputados estaduais, reitora. Cada um deles economizou 30% das suas verbas indenizatórias para que fosse possível juntar esse valor e transferi-lo a quem demonstra capacidade técnica e científica para a execução de importantes ações, como já foi colocado aqui pela reitora, o desenvolvimento da máscara, o desenvolvimento também de respiradores.

No dia de ontem, por meio virtual, tivemos uma reunião com os prefeitos municipais, e infelizmente muitos já reclamam da falta de respiradores para atender a sua população. Então, é fundamental também esse desenvolvimento local para que nós possamos, como foi aprendido nesta pandemia, não depender única e exclusivamente de outros países na questão tecnológica, na questão da patente.

A UFMG, nesta questão específica das patentes, dá uma demonstração ao Brasil da importância da ciência, de investirmos nos pesquisadores e nos cientistas, para que possamos vencer essas questões econômicas e essas questões do comércio mundial. Além

disso, serão realizados pela UFMG teleatendimentos a inúmeras pessoas para dar informações, para sugerir atendimento médico, para auxiliar nos cuidados, para informar às pessoas, afinal de contas, para enfrentar essa pandemia, a informação nos parece fundamental.

Então, os 77 deputados estaduais se sentem muito honrados por cada um ter feito a sua parte, nesses primeiros três meses de pandemia, e economizado cerca de R\$1.500.000,00, que serão, temos certeza, muito bem utilizados e já estão sendo muito bem utilizados pela UFMG, afinal de contas já fizemos o primeiro repasse e vamos caminhar agora para o segundo e o terceiro repasse das três parcelas do nosso entendimento.

Mas é importante salientar aqui que outro ganho importante desta parceria é que, valendo-se dos estudos técnicos e científicos da UFMG, o Legislativo Estadual pôde referenciar suas sugestões ao Poder Executivo e exercer sua função fiscalizadora das medidas adotadas pelo poder público a partir da expertise, do conhecimento da UFMG, em várias áreas de conhecimento. Todo esse aparato informativo nos foi crucial para auxiliar nas tomadas de decisão do governo do Estado diante da disseminação dessa doença.

Portanto, nós só temos muito a agradecer à UFMG essa importante parceria e dizer que a Assembleia e seus deputados têm procurado fazer a sua parte. No final do ano passado, ainda sem notícia da pandemia, nós, os 77 deputados estaduais, economizamos R\$46.000.000,00 e devolvemos esse recurso ao governo do Estado para que ele pudesse ser utilizado na área da saúde. Essa foi a área selecionada, por meio da informação de todos os deputados estaduais.

Neste ano, modificamos as emendas parlamentares que tinham outros objetos – e não a saúde – para que pudessem ser utilizadas no enfrentamento do coronavírus. Esses recursos, cerca de R\$300.000.000,00, já chegam aos hospitais, às prefeituras e às mais diversas instituições do Estado de Minas Gerais, demonstrando que esta Casa continua, sem parar, trabalhando no dia a dia e buscando, em conjunto com a UFMG, com o governo do Estado, com as demais instituições, amparar a população. O mais importante, neste momento, parece ser cuidar das pessoas, amparar aquelas famílias que têm pessoas doentes.

Votamos aqui leis importantes, como a do uso da máscara. Há cerca de dois meses, votamos também outras legislações relevantes, no sentido do atendimento à população, da possibilidade de o doente, mesmo isolado, ter contato com as suas famílias, para que a família possa ter direito a receber um boletim com informações sobre a situação do seu doente, porque, em muitas cidades, o isolamento nos hospitais faz com que as pessoas fiquem sem notícia daqueles que estão acamados, daqueles que estão na UTI. E é assim: continuando de forma direta, de forma ininterrupta, a Assembleia tem procurado dar a sua imensa contribuição por meio de deputados de vertentes da direita, da esquerda, do centro. Todos estão unidos, neste momento, para amparar a população de Minas Gerais, e, sem dúvida alguma, a UFMG é fundamental para auxiliar esse trabalho.

Portanto, quero lhe agradecer muito. Que a senhora transmita a todos os membros da UFMG o nosso reconhecimento não só pela atuação, pelo trabalho, pela dedicação diária, mas, mais do que nunca, pela importância que têm instituições que formam, que trazem desenvolvimento, que geram patentes, que geram conhecimento no nosso estado. Muito obrigado. Em nome da Assembleia, quero agradecer muito à UFMG, especialmente à reitora Sandra Regina, por sua condução.

A Sra. Sandra Regina Goulart Almeida – Muito obrigada, presidente. Eu lhe agradeço muito a lembrança do Prof. Tomaz, do reitor Tomaz, da UFMG. A UFMG está de luto desde a semana passada – não apenas hoje, pela morte do nosso reitor muito querido, mas também pelo desastre do incêndio no Museu de História Natural e Jardim Botânico. Como se não bastasse este momento tão difícil, a UFMG vive um momento de muita luta. Eu agradeço a solidariedade a toda a Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Muito obrigada.

O presidente – Muito obrigado. A presidência agradece a honrosa presença à Exma. Sra. reitora da Universidade Federal de Minas Gerais, Sandra Regina Goulart Almeida.

Reabertura dos Trabalhos

O presidente – Estão reabertos os nossos trabalhos. A exemplo do que foi feito na semana passada, em que o parecer foi publicado e informado aos deputados com atraso – nesta semana, nós tivemos um atraso de 40 minutos –, nós vamos aguardar mais 10 minutos para que seja dado tempo a todos os parlamentares para que eles conheçam os pareceres. Daqui a 10 minutos, ou seja, passados os 40 minutos após o início regimental da reunião, que seria às 14 horas, nós retornaremos aos nossos trabalhos. Somente o parecer do Projeto de Lei nº 2.041/2020 não cumpriu o prazo mínimo.

2ª Parte (Ordem do Dia)

O presidente – Nos termos do edital de convocação, a presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, com a apreciação da matéria constante na pauta.

Suspensão da Reunião

O presidente – A presidência suspende a reunião por 10 minutos para que todos os parlamentares conheçam os pareceres. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O presidente – Estão reabertos os nossos trabalhos. A presidência esclarece aos deputados que o Projeto de Resolução nº 100/2020 teve o seu parecer disponibilizado a todos às 9h45min do dia de hoje, assim como o Projeto de Lei nº 1.921/2020 e também o Projeto de Lei nº 1.968/2020. Às 11h16min, foram encaminhados o Projeto de Lei nº 1.802/2015, o Projeto de Lei nº 2.004/2020 e o Projeto de Lei nº 2.033/2020 e, às 12h41min, o Projeto de Lei nº 2.041/2020. Portanto, aguardamos até as 14h44min para dar início e retomada dos nossos trabalhos para a votação das matérias.

Orientações Quanto à Votação Remota

O presidente – A presidência, diante da emergência de saúde pública ocasionada pela Pandemia da Covid-19 e da importância da adoção de procedimentos de prevenção à infecção e à propagação do coronavírus, e tendo em vista a necessidade de preservar a continuidade das atividades parlamentares e legislativas, esclarece que a apreciação de proposições de caráter urgente será realizada de forma remota, nos termos da Deliberação da Mesa nº 2.737, de 2020, observando-se as seguintes diretrizes:

- 1) A matéria de caráter urgente será submetida a votação nominal e remota pela plataforma do Silegis, na aba “Votação”, onde o parlamentar deverá inserir a senha da reunião, previamente informada;
- 2) Para cada proposição constante na pauta serão feitas duas chamadas de votação e os parlamentares terão o prazo de 1 minuto para registrarem seu voto “Sim”, “Não” ou “Em Branco”;
- 3) Concluído o processo de votação remota de cada proposição pela plataforma do Silegis, não será permitida retificação de voto;
- 4) A presidência informa ao Plenário que os parlamentares podem se inscrever para declaração de voto a partir das 13 horas e 45 minutos do dia da reunião, escrevendo expressamente “declaração de voto” no *chat online*. Será concedida a palavra por até 2 minutos, somente após o término das votações de todas as proposições da pauta.

Votação de Proposições

O presidente – Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 102/2020, da Mesa da Assembleia, que reconhece o estado de calamidade pública nos Municípios de Abre Campo, Alvorada de Minas, Bias Fortes, Bonfinópolis de Minas, Botumirim, Capinópolis, Conceição de Ipanema, Coronel Xavier Chaves, Couto de Magalhães de Minas, Cruzeiro da Fortaleza, Diamantina, Dom Silvério, Entre Rios de Minas, Estrela Dalva, Felixlândia, Fervedouro, Fortaleza de Minas, Francisco Dumont, Gameleiras, Glaucilândia, Goiabeira, Ibertioga, Iguatama, Itacambira, Itaverava, Itueta, Jenipapo de Minas, José Gonçalves de Minas, Lagoa dos

Patos, Leme do Prado, Liberdade, Limeira do Oeste, Lontra, Mercês, Monte Formoso, Montezuma, Paineiras, Paiva, Piau, Pimenta, Presidente Bernardes, Santana do Garambéu, Santana do Manhuaçu, São Gonçalo do Pará, São João Batista do Glória, São João da Lagoa, São João das Missões, Serro, Três Marias, Veríssimo, Virgem da Lapa e Virgínia, em decorrência da pandemia de Covid-19, causada pelo coronavírus. Aferido caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vem o projeto ao Plenário para apreciação remota, nos termos da Deliberação da Mesa nº 2.737, de 2020. A presidência, nos termos do art. 3º da mesma deliberação, designa relator da matéria o deputado Cássio Soares. Com a palavra, o deputado Cássio Soares, para emitir seu parecer.

O deputado Cássio Soares – Sr. Presidente, meu parecer é o seguinte:

– O Parecer para Turno Único do Projeto de Resolução nº 102/2020 foi publicado na edição anterior.

O presidente – Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.802/2015, do deputado João Vítor Xavier, que dispõe sobre a Política de Apoio à Adoção do Teletrabalho. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. Aferido o caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, o projeto passou a tramitar em turno único e vem ao Plenário para apreciação remota, nos termos da Deliberação da Mesa nº 2.737, de 2020. A presidência, nos termos do art. 3º da mesma deliberação, designa relator da matéria o deputado Ulysses Gomes. Com a palavra, o deputado Ulysses Gomes, para emitir seu parecer.

O deputado Ulysses Gomes – Sr. Presidente, meu parecer é o seguinte:

– O Parecer para Turno Único do Projeto de Lei nº 1.802/2015 foi publicado na edição anterior.

O presidente – Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.921/2020, do deputado Doutor Paulo, que dispõe sobre o teletrabalho dos representantes legais dos alunos da educação infantil e da educação básica durante a pandemia de Covid-19. Aferido o caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, o projeto passou a tramitar em turno único e vem ao Plenário para apreciação remota, nos termos da Deliberação da Mesa nº 2.737, de 2020. A presidência, nos termos do art. 3º da mesma deliberação, designa relator da matéria o deputado Cássio Soares. Com a palavra, o deputado Cássio Soares, para emitir seu parecer.

O deputado Cássio Soares – Sr. Presidente, meu parecer é o seguinte:

– O Parecer para Turno Único do Projeto de Lei nº 1.921/2020 foi publicado na edição anterior.

O presidente – Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.968/2020, do deputado Ulysses Gomes, que dispõe sobre o prazo de validade de laudo e de perícia médica que atestam o Transtorno do Espectro Autista no Estado. Aferido o caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, o projeto passou a tramitar em turno único e vem ao Plenário para apreciação remota, nos termos da Deliberação da Mesa nº 2.737, de 2020. A presidência, nos termos do art. 3º da mesma deliberação, designa relator da matéria o deputado Cássio Soares. Com a palavra, o deputado Cássio Soares, para emitir seu parecer.

O deputado Cássio Soares – Sr. Presidente, meu parecer é o seguinte:

– O Parecer para Turno Único do Projeto de Lei nº 1.968/2020 foi publicado na edição anterior.

O presidente – Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.004/2020, da deputada Marília Campos, que dispõe sobre a informação, o apoio e o acolhimento de gestantes e parturientes durante endemias, epidemias ou pandemias. Aferido o caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, o projeto passou a tramitar em turno único e vem ao Plenário para apreciação remota, nos termos da Deliberação da Mesa nº 2.737, de 2020. A presidência, nos termos do art. 3º da mesma deliberação, designa relator da matéria o deputado Ulysses Gomes. Com a palavra, o deputado Ulysses Gomes, para emitir seu parecer.

O deputado Ulysses Gomes – Sr. Presidente, meu parecer é o seguinte:

– O Parecer para Turno Único do Projeto de Lei nº 2.004/2020 foi publicado na edição anterior.

O presidente – Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.033/2020, da deputada Delegada Sheila, que autoriza o Poder Executivo a conceder auxílio financeiro emergencial aos motoristas de transporte escolar, motoristas de transporte escolar

auxiliar e monitores do transporte escolar, enquanto perdurar a suspensão das aulas presenciais nas escolas do Estado. Aferido o caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, o projeto passou a tramitar em turno único e vem ao Plenário para apreciação remota, nos termos da Deliberação da Mesa nº 2.737, de 2020. A presidência, nos termos do art. 3º da mesma deliberação, designa relator da matéria o deputado Ulysses Gomes. Com a palavra, o deputado Ulysses Gomes, para emitir seu parecer.

O deputado Ulysses Gomes – Sr. Presidente, meu parecer é o seguinte:

– O Parecer para Turno Único do Projeto de Lei nº 2.033/2020 foi publicado na edição anterior.

O presidente – Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.041/2020, da deputada Celise Laviola, que veda a comercialização ou a distribuição gratuita, no Estado, de álcool utilizado para fins de saneamento ou de medicamento em embalagens em que não constem alertas e recomendações de segurança quanto ao perigo de queimaduras e outros danos à saúde. Aferido o caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, o projeto passou a tramitar em turno único e vem ao Plenário para apreciação remota, nos termos da Deliberação da Mesa nº 2.737, de 2020. A presidência, nos termos do art. 3º da mesma deliberação, designa relator da matéria o deputado Cássio Soares. Com a palavra, o deputado Cássio Soares, para emitir seu parecer.

O deputado Cássio Soares – Sr. Presidente, meu parecer é o seguinte:

– O Parecer para Turno Único do Projeto de Lei nº 2.041/2020 foi publicado na edição anterior.

O presidente – A presidência vai submeter as matérias a votação pelo processo nominal e remoto, por meio da plataforma do Silegis, de conformidade com a Deliberação da Mesa da Assembleia nº 2.737, de 2020. Em votação, o Projeto de Resolução nº 102/2020.

– Registram “sim”:

Antonio Carlos Arantes – Alencar da Silveira Jr. – Tadeu Martins Leite – Carlos Henrique – Arlen Santiago – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Braulio Braz – Bruno Engler – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Dalmo Ribeiro Silva – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – Laura Serrano – Leninha – Léo Portela – Leonídio Bouças – Marília Campos – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Neilando Pimenta – Professor Cleiton – Professor Irineu – Rosângela Reis – Sávio Souza Cruz – Thiago Cota – Tito Torres – Ulysses Gomes – Zé Guilherme – Zé Reis.

– Registram “não”:

Cleitinho Azevedo – Delegada Sheila – Doutor Wilson Batista – João Vítor Xavier – Osvaldo Lopes – Sargento Rodrigues.

– Registra “branco”:

Guilherme da Cunha.

O presidente – Votaram “sim” 57 deputados. Votaram “não” 6 deputados. Houve 1 voto em branco. Está, portanto, aprovado, em turno único, o Projeto de Resolução nº 102/2020. À redação final.

Em votação, o Substitutivo nº 2 ao Projeto de Lei nº 1.802/2015.

– Registram “sim”:

Antonio Carlos Arantes – Alencar da Silveira Jr. – Tadeu Martins Leite – Carlos Henrique – Arlen Santiago – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Braulio Braz – Bruno Engler – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando

Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Hely Tarquínio – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – Laura Serrano – Leninha – Léo Portela – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Irineu – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Thiago Cota – Tito Torres – Ulysses Gomes – Zé Guilherme – Zé Reis.

O presidente – Votaram “sim” 65 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o Substitutivo nº 2. Com a aprovação do Substitutivo nº 2, fica prejudicado o Substitutivo nº 1. Está, portanto, aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 1.802/2015 na forma do Substitutivo nº 2. À redação final.

Em votação, o Substitutivo nº 1 ao Projeto de Lei nº 1.921/2020.

– Registram “sim”:

Antonio Carlos Arantes – Alencar da Silveira Jr. – Tadeu Martins Leite – Carlos Henrique – Arlen Santiago – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Braulio Braz – Bruno Engler – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Hely Tarquínio – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Laura Serrano – Leandro Genaro – Leninha – Léo Portela – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Irineu – Raul Belém – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Thiago Cota – Tito Torres – Ulysses Gomes – Zé Guilherme – Zé Reis.

O presidente – Votaram “sim” 68 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o substitutivo. Está, portanto, aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 1.921/2020 na forma do Substitutivo nº 1. À redação final.

Em votação, o Substitutivo nº 1 ao Projeto de Lei nº 1.968/2020.

– Registram “sim”:

Antonio Carlos Arantes – Alencar da Silveira Jr. – Tadeu Martins Leite – Carlos Henrique – Arlen Santiago – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Braulio Braz – Bruno Engler – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Hely Tarquínio – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Laura Serrano – Leandro Genaro – Leninha – Léo Portela – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Irineu – Raul Belém – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Thiago Cota – Tito Torres – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

O presidente – Votaram “sim” 69 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o substitutivo. Está, portanto, aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 1.968/2020 na forma do Substitutivo nº 1. À redação final.

Em votação, o Substitutivo nº 1 ao Projeto de Lei nº 2.004/2020.

– Registram “sim”:

Antonio Carlos Arantes – Alencar da Silveira Jr. – Tadeu Martins Leite – Carlos Henrique – Arlen Santiago – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Braulio Braz – Bruno Engler – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Duarte Bechir – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Laura Serrano – Leandro Genaro – Leninha – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Irineu – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Thiago Cota – Tito Torres – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

O presidente – Votaram “sim” 67 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o substitutivo. Está, portanto, aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 2.004/2020 na forma do Substitutivo nº 1. À redação final.

Em votação, o Substitutivo nº 1 ao Projeto de Lei nº 2.033/2020.

– Registram “sim”:

Antonio Carlos Arantes – Alencar da Silveira Jr. – Tadeu Martins Leite – Carlos Henrique – Arlen Santiago – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Braulio Braz – Bruno Engler – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – Laura Serrano – Leandro Genaro – Leninha – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Irineu – Rosângela Reis – Sávio Souza Cruz – Thiago Cota – Tito Torres – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

– Registra “não”:

Bartô.

O presidente – Votaram “sim” 65 deputados. Votou “não” 1 deputado. Está aprovado o substitutivo. Está, portanto, aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 2.033/2020 na forma do Substitutivo nº 1. À redação final.

Em votação, o Substitutivo nº 1 ao Projeto de Lei nº 2.041/2020.

– Registram “sim”:

Antonio Carlos Arantes – Alencar da Silveira Jr. – Tadeu Martins Leite – Carlos Henrique – Arlen Santiago – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Braulio Braz – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – Laura Serrano – Leandro Genaro – Leninha – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Irineu – Raul Belém – Rosângela Reis – Sávio Souza Cruz – Thiago Cota – Tito Torres – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

– Registra “branco”:

Bartô.

O presidente – Votaram “sim” 65 deputados. Não houve voto contrário. Houve 1 voto em branco. Está aprovado o substitutivo. Está, portanto, aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 2.041/2020 na forma do Substitutivo nº 1. À redação final.

Votação de Pareceres de Redação Final

O presidente – A presidência designa relator o deputado Cássio Soares para emitir os Pareceres de Redação Final do Projeto de Resolução nº 102/2020 e dos Projetos de Lei nºs 1.802/2015 e 1.921, 1.968, 2.004, 2.033 e 2.041/2020. Com a palavra, o deputado Cássio Soares, para emitir seus pareceres.

O deputado Cássio Soares – Sr. Presidente, meus pareceres são os seguintes:

– Os Pareceres de Redação Final do Projeto de Resolução nº 102/2020 e dos Projetos de Lei nºs 1.802/2015 e 1.921, 1.968, 2.004, 2.033 e 2.041/2020 foram publicados na edição do dia 11/6/2020.

O presidente – A presidência vai submeter os Pareceres de Redação Final a votação pelo processo nominal e remoto, por meio da plataforma do Silegis.

Em votação, o Parecer de Redação Final do Projeto de Resolução nº 102/2020.

– Registram “sim”:

Antonio Carlos Arantes – Alencar da Silveira Jr. – Tadeu Martins Leite – Carlos Henrique – Arlen Santiago – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Braulio Braz – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Dalmo Ribeiro Silva – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – Laura Serrano – Leninha – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Professor Cleiton – Professor Irineu – Rosângela Reis – Sávio Souza Cruz – Thiago Cota – Tito Torres – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

– Registram “não”:

Delegada Sheila – Osvaldo Lopes – Sargento Rodrigues.

O presidente – Votaram “sim” 60 deputados. Votaram “não” 3 deputados. Está aprovado o parecer. À promulgação.

Em votação, o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 1.802/2015.

– Registram “sim”:

Antonio Carlos Arantes – Alencar da Silveira Jr. – Tadeu Martins Leite – Carlos Henrique – Arlen Santiago – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Braulio Braz – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – Laura Serrano – Leninha – Leonídio Bouças – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Irineu – Raul Belém – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Thiago Cota – Tito Torres – Ulysses Gomes – Zé Guilherme – Zé Reis.

O presidente – Votaram “sim” 61 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o parecer. À sanção.

Em votação, o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 1.921/2020.

– Registram “sim”:

Antonio Carlos Arantes – Alencar da Silveira Jr. – Tadeu Martins Leite – Carlos Henrique – Arlen Santiago – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Braulio Braz – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – Laura Serrano – Leninha – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Neilando Pimenta – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Irineu – Raul Belém – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Thiago Cota – Tito Torres – Ulysses Gomes – Zé Guilherme – Zé Reis.

O presidente – Votaram “sim” 60 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o parecer. À sanção.

Em votação, o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 1.968/2020.

– Registram “sim”:

Antonio Carlos Arantes – Alencar da Silveira Jr. – Tadeu Martins Leite – Carlos Henrique – Arlen Santiago – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Braulio Braz – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Hely Tarquínio – Inácio Franco – João Leite – João Magalhães – Laura Serrano – Leandro Genaro – Leninha – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Neilando Pimenta – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Irineu – Raul Belém – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Thiago Cota – Tito Torres – Ulysses Gomes – Zé Guilherme – Zé Reis.

O presidente – Votaram “sim” 61 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o parecer. À sanção.

Em votação, o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 2.004/2020.

– Registram “sim”:

Antonio Carlos Arantes – Alencar da Silveira Jr. – Tadeu Martins Leite – Arlen Santiago – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Braulio Braz – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – Laura Serrano – Leninha – Leonídio Bouças – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Neilando Pimenta – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Irineu – Raul Belém – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Thiago Cota – Tito Torres – Ulysses Gomes – Zé Guilherme – Zé Reis.

O presidente – Votaram “sim” 58 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o parecer. À sanção.

Em votação, o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 2.033/2020.

– Registram “sim”:

Antonio Carlos Arantes – Alencar da Silveira Jr. – Tadeu Martins Leite – Carlos Henrique – Arlen Santiago – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Braulio Braz – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – Laura Serrano – Leninha – Leonídio Bouças – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Neilando Pimenta – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Irineu – Rosângela Reis – Sávio Souza Cruz – Thiago Cota – Tito Torres – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

– Registra “não”:

Bartô.

O presidente – Votaram “sim” 56 deputados. Votou “não” 1 deputado. Está aprovado o parecer. À sanção.

Em votação, o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 2.041/2020.

– Registram “sim”:

Antonio Carlos Arantes – Tadeu Martins Leite – Carlos Henrique – Arlen Santiago – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Braulio Braz – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Hely Tarquínio – João Leite – João Magalhães – Laura Serrano – Leninha – Leonídio Bouças – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Neilando Pimenta – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Irineu – Rosângela Reis – Sávio Souza Cruz – Thiago Cota – Tito Torres – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

– Registra “branco”:

Bartô.

O presidente – Votaram “sim” 54 deputados. Não houve voto contrário. Houve 1 voto em branco. Está aprovado o parecer. À sanção.

Declarações de Voto

O deputado Sargento Rodrigues – Boa tarde, presidente. Boa tarde, demais colegas deputados e deputadas. Presidente, eu queria que V. Exa. pudesse prestar atenção a minha fala, uma vez que eu queria fazer um apelo ao presidente. No dia 23 de junho da semana que vem, nós faremos três meses de processo legislativo remoto, e eu me sinto, presidente, deverasmente prejudicado no exercício das minhas atribuições parlamentares e sinto também prejudicado o processo legislativo. Olhe, presidente, aqui, nós só temos um grupo pequeno de deputados que são relatores. Ora é o deputado Cássio, ora é o deputado Ulysses Gomes, ora é o deputado André Quintão, ora é o deputado Gustavo Valadares. Então, eu entendo, presidente, que V. Exa. poderia democratizar mais. Eu fui relator de uma matéria, de um projeto de lei complementar encaminhado aqui para a Assembleia. Não falo isso apenas em meu nome, falo em nome dos colegas deputados. V. Exa. pode perfeitamente, dentro do Acordo de Líderes, democratizar mais essas relações. Eu acho que nós não podemos continuar apenas com as mesmas pessoas sendo relatoras. Esse é o primeiro ponto. O segundo ponto, presidente é o seguinte: já que a gente não vê, aqui, uma sinalização mais clara de quando esse processo remoto vai terminar... Eu quero aqui manifestar uma preocupação enorme, gigantesca com a reforma da Previdência que aí se avizinha. Se nós continuarmos nesse processo em que eu não posso questionar o relator, eu não posso encaminhar... Mandei uma mensagem no WhatsApp de V. Exa. solicitando – e já tinha dito isso anteriormente – que a gente pudesse encaminhar de 3 a 5 minutos e que disponibilizasse isso para

quem tem interesse, porque, às vezes, a pauta traz alguma matéria que está com algum erro, algum equívoco, como foi o Projeto de Lei nº 2.041. O primeiro parecer que nós recebemos tinha dois arquivos Frankenstein no parecer, e eu, inclusive, alertei o relator, deputado Cássio Soares, o que foi corrigido em tempo hábil. Também o projeto não foi encaminhado no tempo adequado, só que a gente não consegue falar isso antes da votação, porque V. Exa. abre o processo de votação, passa para o relator e ninguém mais fala. O deputado não consegue ter um contato com V. Exa. igual estou tendo aqui. Se a gente tivesse o acesso, eu chegaria no Plenário e diria: “Presidente, pela ordem”. Aí, o presidente concederia a palavra e eu faria uma questão de ordem, eu me manifestaria sobre o processo legislativo. E isso, presidente, incomoda muito quem quer exercer o mandato, quem quer exercer o processo legislativo. Para alguns deputados isso não incomoda muito, porque, às vezes, o perfil deles não é do processo legislativo; mas para os deputados que são do processo legislativo, isso incomoda muito. Então, o primeiro pedido que eu faço a V. Exa. é que se revezem os relatores, senão, parece que fica uma coisa assim... Daqui a pouco vão falar que isso é uma panelinha; só um grupo que é relator. O segundo pedido é que V. Exa., nesse processo de votação, mesmo dos processos que estão sendo priorizados na pandemia, abra um espaço de tempo de 3 minutos a 5 minutos para encaminhamento, porque aí o deputado aproveitará para se manifestar, dizendo: “Esse projeto tem um equívoco; isso não foi distribuído no tempo hábil, conforme a determinação da Mesa, do Regimento Interno e do Acordo de Líderes”. É um apelo que eu faço a V. Exa e quero que V. Exa. entenda a minha angústia e o apelo que eu estou fazendo, porque, se nós não aperfeiçoarmos isso, presidente, e chegar a reforma da Previdência dos militares e dos demais servidores, os servidores sofrerão uma derrota acachapante, sem que haja um processo democrático eles, em que eles sejam ouvidos democraticamente por esta Casa. Esta Casa não pode cometer esse erro, porque isso trará consequências gravíssimas para todo o conjunto de deputados e deputadas. Não para o governo – para o Executivo não –, mas para nós, parlamentares. É um apelo que eu faço a V. Exa. Muito obrigado.

O presidente – Muito obrigado, deputado Sargento Rodrigues. Iremos levar as considerações de V. Exa. à Mesa da Casa. Com a palavra, para a declaração de voto, o deputado Doutor Paulo.

O deputado Doutor Paulo – Muito obrigado, presidente. Está me ouvindo? Está me ouvindo?

O presidente – Sim, estamos ouvindo bem.

O deputado Doutor Paulo – Srs. Deputados, Sras. Deputadas, muito boa tarde. Gostaria de agradecer ao nosso presidente Agostinho Patrus a condução dos trabalhos desta Casa e a todos os membros do Colégio de Líderes o dinamismo, a rapidez na apreciação dos nossos projetos. Quero também agradecer, de uma forma especial, ao relator, deputado Cássio Soares, nosso colega de bloco, pela sua sabedoria na condução da relatoria nesta tarde e, também de forma especial, a todos os deputados e deputadas que votaram a favor do nosso Projeto nº 1.921/2020. Sem o voto de V. Exas. nós não poderíamos ajudar a nossa população mineira. Esse projeto é de suma importância, e houve a inclusão também de um projeto relevante da deputada Ana Paula Siqueira, que vai atender a nossa população, minimizando os danos dessa pandemia, fazendo com que os servidores públicos do Estado possam atuar pelo teletrabalho, mais perto das suas crianças, o que trará mais comodidade e um cuidado diferenciado para as suas crianças da educação básica e da educação infantil. Então, agradeço muito a provação. É meu primeiro projeto; fico muito feliz com esta Casa e por estar junto com vocês. Muito obrigado.

O presidente – Muito obrigado, deputado Doutor Paulo. Cumprimento V. Exa. pelo projeto aprovado na tarde de hoje, que, com certeza, será importante para a população mineira. Com a palavra, para declaração de voto, o deputado André Quintão.

O deputado André Quintão – Presidente Agostinho Patrus, deputadas, deputados, na terça-feira levantei a preocupação, em nossa reunião remota de Plenário, sobre a superlotação de leitos clínicos e UTIs no Estado, inclusive aqui na capital. Naquela oportunidade, levantei a estranheza em função de o hospital de campanha, muito alardeado pelo governo de Minas, ter sua montagem concluída no final de abril, e até hoje nada sobre o seu funcionamento. Ontem veio a resposta não do governo, mas de matérias da grande mídia, da Rede Globo, do G1, apontando denúncias de irregularidades no processo de habilitação de uma fundação, a Fundação Guimarães Rosa, para, no valor aproximado de R\$207.000.000,00, realizar a administração hospitalar dessas unidades de

campanha. Estranhamente foi anunciada a habilitação da fundação mesmo antes do processo de cotação e até de regularização da fundação enquanto organização social, um requisito necessário para essa administração. A CGU e o Ministério Público apontaram os indícios dessas irregularidades, o governo de Minas teve que voltar atrás, mas nós externamos aqui a nossa preocupação, e queria fazer, presidente, uma proposta: na reunião de convidados da semana que vem, que possamos nos aprofundar nisso. Primeiro, porque são denúncias graves, até para a gente saber se foi um erro, um equívoco, uma falha de gestão ou se havia alguma intencionalidade. É importante aprofundarmos esse debate. E a segunda questão, tão ou mais importante: quando, de fato, o Estado entregará em pleno funcionamento a administração hospitalar dessas unidades, desses hospitais de campanha? Isso é muito importante em função da defesa da vida daquelas pessoas que necessitam do acesso a esses leitos. Então sugiro, presidente, até pela importância do tema, porque não é só uma questão temática, mas diz respeito a uma denúncia, que também o Colégio de Líderes possa participar dessa audiência de convidados, para que, em função daquilo que for apresentado pelo Estado, dentro do que prevê a Constituição e o Regimento da Assembleia, a gente possa, se necessário, tomar outras providências sobre as investigações dessa denúncia, que é muito grave. E também para que possamos agilizar a disponibilização do hospital de campanha para o sistema público de saúde em Minas Gerais. Muito obrigado, presidente.

O deputado Arlen Santiago – Boa tarde a todos e a todas. Nós queremos aqui dizer que, ontem, o ministro Tarcísio, da Infraestrutura, assinou o início da obra de Almenara a Salto da Divisa. Participamos de uma live com vários outros deputados, e a gente vê que agora, no governo Bolsonaro, o Vale do Jequitinhonha acaba tendo vez definitivamente. A estrada começa; o ministro, muito entusiasmado; o senador Carlos Viana, presente; a deputada Greyce Elias; o deputado Diego Andrade, coordenador da bancada; o deputado Zé Silva; e vários outros deputados, inclusive alguns que, durante quase 15 anos, estiveram, todo ano, com algum presidente ou com alguma presidenta, indo lá e falando que iam fazer essa obra, só que nunca a fizeram. Também o ministro já anunciou a questão de repassar o Aeroporto da Pampulha para o governo de Minas, para que realmente possa ter agora alguma função, assumindo o compromisso, já que publicou o decreto que autoriza a federalização novamente do trecho da BR-135, entre Manga, Missões e Itacarambi. Lembrem-se bem de que há a cidade de Manga aí, tão importante para o governo federal passado, uma cidade importante, mas onde não quiseram fazer essa obra. Nem o projeto quiseram fazer. Agora estão tendo tanta confiança que até aqueles que não fizeram estão anunciando que ano que vem haverá a obra porque agora a tramitação vai caminhar. Participou também o governador Romeu Zema e o secretário Marco Aurélio. Então agradecemos ao governador Zema a oportunidade de algumas obras serem priorizadas logo que haja algum recurso, visto que Minas Gerais ficou quebrada e pedimos o asfaltamento, mais uma vez, de Urucua a Pintópolis, onde estivemos com o senador Carlos Viana e o Marco Aurélio, e, se possível também, a ponte lá de São Francisco. Amanhã teremos o ministro Marinho aqui, no nosso Norte de Minas, que fará um sobrevoo com o vice-governador Paulo Brant, o senador Carlos Viana e alguns deputados federais. Nós estaremos presentes também. E libere o restante dos recursos da obra de Nova Porteirinha, que é um polo de geração de emprego e renda. A prefeita Joélia está muito feliz. O senador Carlos Viana colocou a emenda individual, e a bancada mineira, mais R\$12.000.000,00 para essa obra importante. Então, uma semana de boas notícias, de muita luta, e vamos para a semana que vem, porque não é só o anúncio, tem que concretizar. Porque anúncio mesmo da 381, nós vimos aí, por 15 anos, todo ano: “Vai haver 381, vai haver metrô, vai haver 367”. E nada acontecia. Muito obrigado, Sr. Presidente.

A deputada Celise Laviola – Boa tarde, presidente. É bom estar com o senhor aqui de novo. Cumprimento todas as minhas colegas e os meus colegas que estão aqui presentes e também os que nos acompanham pela TV Assembleia e pelas redes sociais, já que eu tenho ciência, presidente, de que as nossas reuniões têm sido acompanhadas, no Estado todo, com uma audiência muito boa, muita frequência. É sinal de que o nosso trabalho está tendo boa repercussão. Eu quero agradecer, presidente, a todos os colegas que nos apoiaram no Projeto nº 2.041, que apresentamos, com relação à prevenção do excesso de queimaduras que estamos tendo com o uso frequente do álcool em gel. Essa advertência vai servir nesse sentido, vai ajudar para que as pessoas tenham a precaução devida. Eu quero agradecer também muito aos colegas a aprovação do estado de calamidade nos Municípios de Abre Campo, Itueta e Veríssimo, municípios em que os prefeitos vêm trabalhando com muito afinco para manter a situação. Em Abre-Campo, já há quatro

casos, e em Ituaeta, dois casos, mas tudo está sendo tratado com muita seriedade e de forma que essa aprovação, essa homologação que a gente dá com relação à calamidade vai favorecer o trabalho dos prefeitos, um trabalho sério que eles vêm fazendo quanto à prevenção e ao enfrentamento da Covid. Eu queria dar uma notícia aqui também, presidente. Na terça-feira obtivemos uma informação sobre a questão da vice-diretora que testou positivo para a Covid. E aí eu informei que todas as pessoas íntimas que tiveram contato com ela estariam sendo testadas, para que tudo isso fosse previsto. Já foi feita a desinfecção na escola, e também a escola está fechada. Então eu tenho hoje uma notícia boa. A Secretaria Municipal de Saúde de Teófilo Otôni já realizou os testes em todas as íntimas pessoas, e elas testaram negativo. Então, graças a Deus, não tivemos nenhuma consequência com relação à situação da vice-diretora. Portanto a nossa rede de ensino segue tranquila, fazendo o seu trabalho de forma responsável, como eu acredito que todo o Estado está fazendo. O nosso governo tem feito um trabalho muito responsável nesse sentido. Eu agradeço, presidente, por tudo. Agradeço muito aos colegas o apoio ao projeto.

O presidente – Muito obrigado, deputada Celise Laviola. Parabênize-a pelo projeto importante aprovado nesta Casa, de autoria de V. Exa. Com a palavra, para declaração de voto, a deputada Laura Serrano.

A deputada Laura Serrano – Boa tarde, Sr. Presidente; boa tarde, colegas parlamentares. Eu quero iniciar a minha fala parabenizando esta Casa, a presidência da Assembleia; parabenizando também à Mesa, na figura do presidente, deputado Agostinho Patrus, pelo termo de cooperação com a UFMG, resultado de uma ação muito importante desta Casa, que, num momento de pandemia, com uma seriedade tão grande diante da situação que a nossa sociedade vem vivendo, realizou esse processo junto a todos os deputados. Então gostaria aqui também de parabenizar e agradecer a todos os colegas deputados, porque esses recursos de redução de verbas indenizatórias que a gente economizou nesse período, para poder viabilizar esse termo de cooperação, vão ser fundamentais para as teleconsultas, para pesquisa voltada para respiradores de baixo custo e inclusive para protetores faciais que estão sendo produzidos pela UFMG. Muito obrigada. Eu queria aproveitar para destacar vários projetos de lei que votamos hoje – votei favoravelmente –, cuja temática central é a preocupação com as crianças e com as gestantes, neste momento de pandemia. Nós temos o projeto do Doutor Paulo, que estabelece como uma das prioridades para o teletrabalho os pais de alunos da educação infantil, da educação básica, que, hoje, estão com as aulas suspensas. O projeto da deputada Marília Campos estabelece também um acolhimento e aconselhamento remoto para as gestantes, neste momento de pandemia, quando não houver contraindicação médica, para que essa consulta seja feita de forma remota. O projeto do deputado Ulysses Gomes estabelece que não haja um prazo de validade para os laudos e perícias médicas dos transtornos do espectro autista. Muitas vezes, esses diagnósticos são realizados justamente na fase da infância. Finalmente, quero parabenizar também a deputada Celise Laviola pelo seu projeto, que estabelece regras de segurança importantes neste momento de pandemia. Ao visitar o Hospital João XXIII, por exemplo, a gente vê que, de fato, os dados mostram uma questão muito importante: casos de queimaduras em crianças cuja principal causa é justamente o manejo de álcool. Então, neste momento da pandemia, em que a gente precisa muito do álcool em gel, é fundamental que essa informação de segurança esteja disponível. Sr. Presidente, muito obrigada. Desculpe-me por me delongar, mas são projetos muito importantes que votamos hoje nesta Casa.

A deputada Andréia de Jesus – Boa tarde, presidente. Boa tarde, colegas deputadas e deputados, pessoas que nos acompanham. Presidente, primeiro quero prestar os meus sentimentos à família e aos amigos do Prof. Tomaz Santos. É extremamente importante registrar que ele foi o primeiro negro a ocupar um cargo na Reitoria da UFMG e um grande defensor da universidade pública. Também quero dizer que votei favoravelmente a todos os projetos de lei apresentados nesta tarde, principalmente porque considero que eles estarão voltados para as mulheres. Referem-se ao horizonte do teletrabalho; à saúde das gestantes; aos portadores de autismo, às suas mães, que, na maioria das vezes, são ainda chefes de família; à integridade física da população mineira; ao auxílio emergencial para os trabalhadores que fazem o transporte escolar. Todas essas medidas são extremamente necessárias e preservam o direito do cidadão. Mas me causa muito espanto, presidente, que o governador Zema não execute nenhuma das medidas que temos aprovado nesta Casa. Há dezenas de leis aprovadas, já sancionadas, e o governador Zema segue ignorando a contribuição nesta Casa.

Enquanto isso, o Estado de Minas Gerais vem registrando milhares de mortes por Covid. Só em Belo Horizonte, nas últimas 24 horas, foram nove óbitos. Entre a população indígena, a mortalidade tem crescido. Isso significa que se tem desrespeitado o isolamento, os territórios sagrados, ainda mais com esse cenário nacional. Não podia deixar de trazer o quanto é desolador ver que a crise sanitária, já não bastasse a desigualdade social, esse racismo estrutural, que segue sufocando cada um de nós... Nós ainda temos enfrentado a estabilidade política provocada. Há esse clima de morte cotidiana, enquanto o nosso povo segue esperando emprego, segue espectando toda a ação do Judiciário, com prisões, investigações. Eu quero aqui também, presidente, parabenizar todos os parlamentares pela iniciativa nesta Casa. Quero saudar a iniciativa dessa parceria com a UFMG. É preciso também deixar um exemplo para o governador Zema de que é imprescindível, neste momento, investir na ciência, investir nas universidades. Essa, sim, de fato, é uma ação efetiva. Tudo isso esta Casa vem economizando para garantir, de fato, ações concretas e publicizar, de forma transparente, respostas, que, até agora, não vimos deste governo. Muito pelo contrário, não é? Nós vimos cortes nas secretarias, inclusive, que inviabilizam, ficam... (- Falha na transmissão do áudio.) Essas são as contribuições, presidente. Obrigada.

A deputada Marília Campos – Boa tarde, presidente; boa tarde a todos deputados e a todas deputadas. Quero falar rapidamente, em primeiro lugar, para agradecer a todos os deputados e a todas as deputadas pela votação por unanimidade do meu Projeto nº 2.004/2020, que garante o acesso ao serviço de saúde das mulheres gestantes. Isso certamente é uma proteção às mulheres que vão ser mães, às crianças e, dessa forma, o enfrentamento à mortalidade infantil e à mortalidade materna. Então, muito obrigada, Srs. Deputados e Sras. Deputadas. Também agradeço porque foi acolhida a minha emenda, que julgo da maior importância, ao Projeto nº 1.802, do deputado João Vítor Xavier, que apoia o teletrabalho. E a minha emenda foi no sentido de estabelecer uma diretriz que autoriza ao governo do Estado o fornecimento de equipamentos de infraestrutura, caso seja necessário, para viabilizar o teletrabalho, bem como procedimento de reembolso e indenização ao servidor. Agora, Sr. Presidente, eu queria aqui manifestar uma preocupação. Nós aprovamos o Projeto nº 23.644, da Delegacia Virtual, nesta Casa, há mais de um mês e já foi sancionado. Esse projeto garante que as mulheres em situação de violência possam acessar a delegacia virtualmente para denunciar a situação de violência e também solicitar medida protetiva. Sr. Presidente, até hoje esse projeto não foi regulamentado. Motivou, inclusive, uma ação de todas as deputadas apresentando um requerimento ao secretário de Segurança Pública, o Sr. Gen. Mário Lúcio; dirigido também ao Sr. Wagner Pinto, chefe da Polícia Civil. E nós temos o compromisso da delegada Sra. Carla Vidal de, a partir de hoje, começar o funcionamento da Delegacia Virtual. A violência que atinge as mulheres têm aumentado, e muito, nessa pandemia. Nós não podemos esconder os dados. Nós temos que enfrentar os dados e garantir proteção à vida das mulheres. E é nesse sentido que eu faço um apelo ao governador e aos secretários que regulamentem esse projeto da Delegacia Virtual para proteger as mulheres do nosso estado. Finalmente, Sr. Presidente, quero parabenizá-lo pela garantia do funcionamento da Assembleia Legislativa, por essa quantidade de trabalhos e projetos que estão sendo aprovados. Hoje é um dia que merece uma atenção especial por mais essa parceria que a Assembleia Legislativa de Minas Gerais faz com a universidade, onde coloca recursos para o incentivo à pesquisa, que é fundamental para que a gente garanta mais desenvolvimento em nosso estado. Parabéns, presidente.

O presidente – Muito obrigado, deputada Marília Campos. Cumprimento V. Exa. pelo projeto aprovado no dia de hoje, que se preocupa com o atendimento, o acolhimento das gestantes e parturientes em Minas Gerais. Com a palavra, para declaração de voto, a deputada Ana Paula Siqueira.

A deputada Ana Paula Siqueira – Boa tarde, presidente; boa tarde, colegas deputadas e colegas deputados; boa tarde, povo mineiro que nos acompanha. Presidente, quero destacar aqui hoje na minha declaração de voto que votei “sim” em todos os projetos, os quais considero extremamente importantes. Vários deles tratando da questão das mulheres, tratando da prioridade das crianças e adolescentes, que é uma das minhas bandeiras de trabalho, de luta e de história. Eu quero destacar aqui o Projeto nº 1.921, do Dr. Paulo, que trata sobre o teletrabalho nessa perspectiva da preocupação especialmente com crianças e adolescentes. Esse projeto teve o meu projeto anexado: o Projeto nº 2.021. Eu quero também parabenizar o relator, deputado Cássio Soares, pelo brilhante relatório, pelas considerações. É isso mesmo, deputado Cássio. A gente tem todas essas preocupações de garantia de segurança e também de

garantia de direito para as crianças, adolescentes e os seus responsáveis. Quero destacar aqui, presidente, que nós estamos no mês da reciclagem e comemoramos este ano o Dia Nacional da Reciclagem. Infelizmente, venho aqui, neste momento, cobrar do governo do Estado, especialmente da Secretaria de Meio Ambiente o pagamento do Bolsa Reciclagem para os trabalhadores dessa área no nosso estado. Infelizmente estão em atraso os pagamentos do Bolsa Reciclagem. Nós sabemos que boa parte desses profissionais são mulheres, e mulheres que chefiam famílias. Então é extremamente importante, especialmente neste momento da pandemia, no momento em que a atividade da reciclagem fica altamente prejudicada pela diminuição do seu volume. Nós precisamos priorizar essa parcela da população que desenvolve um trabalho voltado para a construção saudável das nossas vidas, trabalhando com material reciclável. Quero saudar também e parabenizar esse termo de cooperação assinado com a UFMG, demonstrando para Minas Gerais e também para o Brasil a importância do investimento em ciência e tecnologia. Mais uma vez, a Assembleia de Minas saindo à frente e merecendo os nossos cumprimentos. Obrigada, presidente.

O deputado Ulysses Gomes – Sr. Presidente, deputados, deputadas e todos que nos acompanham pela TV Assembleia, queria agradecer o apoio a todos os deputados que hoje nos deram a oportunidade de aprovar o PL nº 1.968; além disso, de fazer um agradecimento particular ao nobre relator, deputado Cássio Soares; e a todos aqueles que contribuíram. Hoje, Sr. Presidente, é o Dia do Orgulho Autista, criado nesse dia para esclarecer – esse é o objetivo do dia – sobre as características e as necessidades das pessoas que têm algum grau de transtorno do espectro autista. Exatamente neste dia, a Assembleia tem a oportunidade de aprovar esse projeto de lei. Eu queria compartilhar aqui a minha imensa alegria pela aprovação unânime com 69 votos do Projeto de Lei nº 1.968, de nossa autoria, que foi aprovado. Como todos assim puderam acompanhar, ele garantirá a validade de forma permanente dos laudos de perícias emitidos para as pessoas que têm o chamado TEA, o espectro autista. Diante disso, Sr. Presidente, atualmente os laudos... Para quem acompanha sabe que tinham uma validade curta – porque agora, transformando em lei –, obrigando as pessoas a se submeterem a vários exames, uma burocracia enorme, sempre que precisavam comprovar alguma condição que, na verdade, é permanente. Alguns laudos demoravam e demoram muitos anos para que sejam emitidos. Quero, nesse sentido, diante desse reconhecimento e do apoio de cada deputado e deputada, parabenizar, presidente, de forma muito especial, todos aqueles e aquelas que lutam pelos direitos dos portadores do autismo, pelas famílias que enfrentam essa dificuldade, buscando apoio e reconhecimento. Faço isso na pessoa da Carol Ribeiro, uma guerreira, mãe de autista, presidente da Associação Grupo de Apoio a Inclusão de Itajubá – Agai. Através dela, da iniciativa dela e do trabalho de toda a associação, apresentaram-me essa proposta. Fui apenas um porta-voz de uma luta de tantas e tantas famílias que precisam desse apoio, obviamente com o apoio e o reconhecimento desta Casa através do voto de todos os deputados e deputadas. Por isso, neste Dia do Orgulho Autista, a aprovação desse projeto tem um aspecto ainda mais especial: um reconhecimento desta Casa a todas as famílias que poderão usufruir desse novo e tão importante benefício. Um abraço a todos e a todas.

O presidente – Muito obrigado, deputado Ulysses Gomes. Parabenizamos V. Exa. por esse projeto aprovado na tarde de hoje, que, sem dúvida, leva um pouco de alento àquelas famílias que têm pessoas autistas entre os seus. Com a palavra, para a declaração de voto, o deputado Carlos Pimenta.

O deputado Carlos Pimenta – Boa tarde, presidente Agostinho; boa tarde, Sras. e Srs. Deputados. Presidente, quero também tocar no assunto dos hospitais de campanha de Minas Gerais: o hospital construído em Belo Horizonte e o hospital construído em Betim. O governo, em tempo recorde, conseguiu construir esses hospitais, e a gente sabe perfeitamente que não basta construir, o mais importante é colocá-los em funcionamento. Eu acredito que o governo procurou passar esse processo para uma das melhores fundações que temos em Minas Gerais: a Fundação Guimarães Rosa, uma fundação idônea, correta, séria que tem muita expertise em concursos, mas que certamente não tinha experiência também em administração hospitalar. Houve a denúncia, o parecer do Ministério Público, e o governo de Minas, sábia e responsavelmente, retrocedeu, então houve uma anulação do processo de ligação com a Fundação Guimarães Rosa. Eu não vejo aí, presidente, nenhum prejuízo financeiro para o Estado; não houve porque não foi repassado o recurso. Houve, sim, um prejuízo de saúde pública porque nós vamos precisar desses hospitais, principalmente agora com a

exacerbação do quadro da Covid, com aumento dos (- Falha na transmissão do áudio.) de contaminação pelo coronavírus; nós vamos precisar desse hospital, do de Betim e de outros hospitais de retaguarda lá em Teófilo Otôni, em várias regiões: Uberlândia, Juiz de Fora, Montes Claros. Então eu entendo, com a devida vênia, com o devido respeito ao deputado André Quintão, que nós não temos que analisar um fato que não ocorreu – não houve prejuízo para o Estado; nós temos que analisar um fato que precisa ser resolvido: encontrar uma solução para colocar imediatamente em funcionamento esses hospitais de campanha. Então, presidente, com todo respeito, eu acho que V. Exa. tem que nos ajudar a encontrar uma solução, a conversar com o governo, a conversar com o secretário de Saúde para que a gente possa encontrar uma forma de colocar esses hospitais em funcionamento. Agora, ir para a Assembleia, convidar as pessoas para poder saber o que aconteceu, tentar encontrar defeito em um fato que não ocorreu, com o devido respeito, eu acho que não é o momento, não temos momento para isso. Esses hospitais precisam ser colocados em funcionamento, sim, urgentemente, sim; não precisamos ficar procurando... Não é uma visão de denúncia do passado, é uma visão de futuro e do agora, do presente para que Minas Gerais possa ter seus hospitais de campanha. Muito obrigado.

O deputado Delegado Heli Grilo – Boa tarde, presidente; boa tarde, colegas deputados e deputadas. Quero primeiro cumprimentar os autores dos projetos que tramitaram e foram aprovados hoje e dizer que, mesmo a distância, a gente fica feliz por saber que todo mundo está trabalhando em busca de uma Minas Gerais melhor. Eu, presidente, mais uma vez quero usar este microfone e aproveitar esta oportunidade para defender a tramitação daquele projeto tão esperado. Eu ouvi ontem o deputado Gustavo Valadares defender que o Estado tem que economizar, mas ele não libera a tramitação de um projeto que vai trazer uma economia substancial para o Estado, uma economia de perto de R\$10.000.000,00 por ano, uma economia que vai valorizar ainda mais o trabalho da Assembleia. Hoje, estamos aí com essa dificuldade de tramitação. A Polícia Civil já está instalando esse trabalho em várias localidades. Na quarta-feira, ontem, foi instalado em Varginha e Lavras ou Viçosa – não sei; fui convidado, mas não tive a oportunidade de discutir muito sobre o assunto, porque foi na hora da reunião. Então, presidente, mais uma vez, eu peço isso encarecidamente. Já há um pedido na mesa do senhor, do nosso, do representante da OAB, que é o Dr. Rômulo Ferraz, representante de direitos humanos. Por que um homem desse ia patrocinar um pedido desse, entender que é importante para o Estado? Olhe, nós não podemos ficar esperando as coisas caminharem contra a gente se nós temos oportunidade de caminhar ao lado. Mais uma vez, presidente, eu gostaria que o senhor intercedesse junto ao Colégio de Líderes. São pessoas importantes. Eu tenho votado todos os projetos importantes deles, destinados, definidos por eles. Peço uma definição desse projeto, de muita importância. Estou achando que na hora em que nós o aprovamos, já estará instalado em todo o Estado de Minas Gerais. Entendeu, presidente? Então eu gostaria de fazer esse pedido encarecidamente. Fico aqui ansioso esperando um retorno dos colegas, e não aparece. Já falei com todos. Acho que o Gustavo é o que mais está segurando isso. Ele já recebeu isso. Informa para ele que o senhor tem isso na mesa do senhor, do advogado que representa o Conselho de Direitos Humanos da OAB. Está bem? Obrigado, presidente. Devolvo a palavra.

O deputado Doutor Jean Freire – Hoje, direto do Jequitinhonha, Sr. Presidente. Boa tarde, boa tarde, presidente Agostinho Patrus. Boa tarde, todos os deputados e deputadas, povo mineiro e povo do Jequitinhonha. Primeiro, Sr. Presidente, quero dizer que se existe algo que admiro muito no político é quando ele mantém o discurso. Nós podemos até mudar, aprender ou desaprender algo, mas, na política, mudar de governo e mudar de discurso é muito feio. Há político que participa de governos, cujo partido participou de outro governo, e, quando sai do governo, só sabe falar mal daquele governo, sendo que o partido participou daquele governo, e com cargos importantes. Eu quero falar da BR-367. Foi falado aí por um deputado que me antecedeu de uma reunião que houve ontem. Citou muitos deputados que estiveram presentes na reunião. Não citou meu nome. Não há problema, não. Eu estive presente na reunião. Independente de questões partidárias, quero agradecer ao ministro que me convidou para a reunião, da qual participei. Sabe por que, deputado Tadeuzinho? V. Exa. tem votos inclusive no Baixo Jequitinhonha e sabe a história histórica da BR-367. Sabe que, para a gente chegar a um ponto, há uma história, há um caminhar para chegar a um ponto. Essa vitória é de muitas mãos e de muitas cabeças. Agradeço e vou ficar na vigilância, dia a dia. Sou um deputado que vou passar lá direto, quase todos os finais de semana, para verificar se a obra foi iniciada, se está correndo bem, se está sendo feita, sua qualidade e tudo isso, porque eu sou um dos

usuários dela. Agora, para chegar até lá, foi preciso que nós, presentes, que este parlamentar aqui conseguisse do governo estadual passado a liberação da licença ambiental. Fui eu que a consegui, e entregamos lá em Almenara. Isso foi há três anos. Então isso é importante a gente pautar. Por isso chegamos até aqui. Foi preciso a bancada mineira... Aí quero agradecer a todos os parlamentares da bancada mineira que fizeram aportes de emenda de bancada. Então essa é a verdadeira história. As pessoas sabem quem passa lá e os deputados que lutaram por lá. Cito aqui alguns, como o Zé Silva, grande companheiro que sempre esteve lá presente nas lutas; o Padre João; O Leonardo Monteiro; o Reginaldo Lopes; o Diego Andrade; o Fabinho (- Falha na transmissão do áudio.). A gente deve se lembrar de todos. Para terminar, Sr. Presidente, quero aqui chamar a atenção, mais uma vez, do governo do Estado. Eu tenho falado isso para a macro de Teófilo Otôni. Temos de chamar atenção do governo para a macro de Teófilo Otôni no tratamento à Covid-19. Sr. Presidente, o senhor que está aí agora na presidência é votado em uma cidade próxima a Bandeira. Não sei se V. Exa. também é votado na cidade de Bandeira, próximo a Almenara. Bandeira é uma cidade de 5 mil habitantes. Para nosso espanto, ontem foi feito um boletim epidemiológico numa cidade de 5 mil habitantes, colegas deputados e deputadas, Carlos Pimenta, da Comissão de Saúde, com 136 casos da Covid-19 em um dia, em um dia somente. Cento e trinta e seis casos, todos de uma empresa que está fazendo obras, uma linha de transmissão. Então queremos chamar atenção para isso. Aliás, deputado Carlos Pimenta, é preciso que também possamos fazer essa discussão na Comissão de Saúde. Veja bem, são quase 3% da população. É verdade que a maioria desses casos são de fora, mas essas pessoas moram lá, estão morando lá. Então pedimos uma atenção especial para essa região porque ela vai precisar de suporte. Estamos precisando de suporte. Um grande abraço e o nosso muito obrigado a todos os colegas deputados e deputadas.

O presidente (deputado Tadeu Martins Leite) – Obrigado, deputado Doutor Jean. Com a palavra, para declaração de voto, o deputado Gustavo Santana.

O deputado Gustavo Santana – Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, uma boa tarde a todos. Estou aqui hoje só para agradecer. O deputado que me antecedeu falou muito bem, mas às vezes se esquece de alguns parlamentares que também estiveram presentes ontem, na audiência com o ministro Tarcísio, sobre a ordem de serviço anunciada para a BR-367, que é uma BR que já tem uma história de vários anos e de várias mãos, como bem falado aqui. Graças a Deus, agora estamos indo para um desfecho, se Deus quiser. Com essa ordem de serviço anunciada pelo ministro Tarcísio, essa obra que foi licitada com o ministro Maurício Quintella, um grande amigo, companheiro do meu partido, devemos agradecer a todos os deputados federais que conseguiram, junto ao ministro e ao governo federal, recursos para que essa obra se tornasse uma realidade. Mas não podemos deixar de agradecer também ao secretário Germano, que continua como nosso secretário de Meio Ambiente. No governo passado, eu era o vice-líder do governo, e conseguimos, com o apoio de vários parlamentares, a licença ambiental. Também estive presente na entrega dessa licença, no encontro que houve em Almenara. Então, Sr. Presidente, é mais para agradecer ao ministro Tarcísio e aos deputados federais que sempre brigaram – não estou falando dos novos – para a continuação dessa obra. Tomara que os novos deputados, com a mesma alegria de anunciar essa obra, consigam recursos federais suficientes para que a gente possa entregar essa obra àquele povo, porque eles merecem. Essa obra é um sonho daquela região tão esquecida e que merece ser toda vez lembrada por nós, parlamentares. Uma boa tarde, presidente, e um abraço a todos.

O deputado Coronel Sandro – Presidente, boa tarde. Com está o senhor, tudo bem? Presidente, vou aproveitar meu tempo aqui para tocar em alguns temas que foram abordados nesta reunião de hoje. Primeiro vou falar sobre a BR-367. Vou-me ater especificamente à fala do deputado estadual do PT, Jean Freire, que ajudou a viabilizar a licença ambiental. Maravilha, mas ele só se esqueceu de falar uma coisa, presidente: durante 16 anos, um presidente do PT esteve em Brasília e nunca viabilizou recurso para a BR-367. Então, deputado, o senhor tem que ser coerente e falar a verdade. O seu partido, na Presidência da República, deixou o Vale do Jequitinhonha, em relação à BR-367, jogada às traças, com promessas nunca cumpridas. Aliás, sempre foi isso o que o PT fez. E vou lembrar mais um fato, Sr. Presidente. Em 12/6/2019, fui recebido, no Planalto, pelo presidente Jair Bolsonaro, que chamou o ministro Tarcísio para a audiência. Naquela oportunidade, dentre todos os pleitos que foram levados, um deles era o da BR-367.

Sabem o que o presidente me disse? Ele falou assim: “Oh, Tarcísio” – daquele jeito dele –, “vamos fazer, e deixe o deputado anunciar aí”. Eu não quero paternidade de obra nenhuma, não! Eu só quero aqui fazer a defesa do presidente Bolsonaro, que, com seis meses, fez o que o PT, em 16 anos, não fez para o Vale do Jequitinhonha. Então, deputado do PT, o senhor fale a verdade, está bom? O seu governo largou o Jequitinhonha na merda, e o Bolsonaro vai fazer a estrada. É simples assim, está certo? E se não quer acreditar em mim, vá à minha rede que o senhor vai ver uma foto minha com o presidente Bolsonaro e com a planilha exemplificativa do custo da 367 na foto que foi me dada pelo ministro Tarcísio. Então, parabéns a todos aqueles que ajudaram nessa obra. Ao PT, não! Vocês tiveram 16 anos para fazer e não fizeram. Sr. Presidente, eu peço mais um tempinho só para abordar uma situação levantada pelo deputado do PT também em relação aos hospitais de campanha. O deputado André Quintão diz que está aguardando que os hospitais de campanha entrem em funcionamento. Eu também estou. E aí, quando o governo buscava empresas para fazer a gestão, foi detectado que poderia haver algum tipo de irregularidade. O que o governo Romeu Zema fez, presidente? Imediatamente cancelou tudo. Essa é a diferença de um governo que é correto e de um governo que é ladrão, porque no tempo do Pimentel, isso não aconteceria. Os processos estão todos aí. Agora, o André Quintão quer fazer uma investigação, levantar o que não há mais a ser levantado. Já foi cancelado, deputado. Então, realmente, eu vejo o André Quintão como um leão quando se refere à oposição e um gatinho, miando baixinho, quando é o governo do PT, do Pimentel. Ora, pelo amor de Deus! Vocês têm, pelo menos, que ser coerentes. Para finalizar, Sr. Presidente, quero parabenizar a Delegada Sheila. Eu não apresentei o projeto porque ela já tinha apresentado. Ele ampara todos os operadores do transporte escolar, motoristas, auxiliares, enfim, essa categoria realmente precisava de um amparo. Parabéns a Sheila; parabéns a Casa, que aprovou esse projeto. Em resumo, era sobre isso que eu gostaria de manifestar. Um abraço. Boa tarde a todos. Obrigado.

O presidente – Obrigado, deputado Coronel Sandro. O deputado Doutor Jean Freire está solicitando aqui no chat a palavra pelo art. 164 do Regimento Interno, por ter sido citado de forma ofensiva nominalmente pelo deputado Coronel Sandro. A presidência vai autorizar o deputado Doutor Jean Freire a utilizar o art. 164, mas pede a todos os parlamentares, obviamente, que tenham cordialidade com os colegas neste momento. Com a palavra, pelo art. 164 do Regimento Interno, o deputado Doutor Jean Freire.

O deputado Doutor Jean Freire – O.k. Sr. Presidente, muito obrigado; colegas deputadas e deputados, muito obrigado. Como eu disse, Sr. Presidente, quero fazer menção à sua pessoa também, Gustavo Santana, parlamentar também votado aqui na região e que também tem história aqui, também tem o seu papel. Você me conhece e sabe que eu sei reconhecer isso, como você também concordou comigo. Isso tudo tem uma história, isso tudo tem uma história. Não adianta parlamentar vir com bravatas, vir aqui dar uma de nervosinho, ficar o tempo todo quietinho, quietinho, quietinho, e aí, depois que todos os deputados falarem, ele aparecer para fazer as suas bravatas. Não adianta! O povo daqui conhece; o povo conhece quem são os parlamentares que estão aqui na luta no dia a dia; o povo conhece. Independente de morar aqui ou não, a gente tem de dar legitimidade aos de fora que lutam aqui também. Quero aqui, mais uma vez, dizer que a história começa de longa data e que todo governo tem a obrigação, a obrigação de fazer por todas as regiões, especialmente por aquelas que mais precisam. Ora, quem fez a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Sr. Deputado? Ou para o senhor universidade não é estrada, não é caminho? Quem fez institutos federais, sendo três no Vale do Jequitinhonha, Sr. Deputado? Quem ajudou a combater a questão da seca no Vale do Jequitinhonha, Sr. Deputado? Quem? Então, por favor, por favor, não vamos aqui agora falar inverdades para o nosso povo, não. O nosso povo conhece, o nosso povo sabe. Quem colocou o Luz para Todos no Vale do Jequitinhonha, Sr. Deputado? Então, por favor. Mas, mesmo assim, Sr. Presidente, quero convidar você também, Gustavo, e todos os deputados votados aqui e que têm trabalho aqui para ficarmos vigilantes, para virmos, olharmos, e ficarmos vigilantes à obra, verificarmos se a obra vai sair ou se a obra não vai sair. Engraçado, eu não vejo deputado falar, aqui, das questões federais, eu não vejo. Só aparece para falar o bonitinho. Não vejo falar das questões federais. Hoje, não teve coragem de falar sobre o Queiroz, não teve coragem falar sobre o isolamento que ele tanto fala, do isolamento vertical. Ou seja, isolamento era só para o Queiroz? Era só o Queiroz que devia ficar isolado? Aliás, agora, ele está em lockdown, agora está em

lockdown. Então, não fala isso, não sabe rebater, sabe pedir intervenção em Teófilo Otôni, mas não sabe pedir intervenção no governo federal. Muito obrigado, Sr. Presidente, por ter seguido o Regimento. Um abraço a todos os deputados.

Encerramento

O presidente – Cumprido o objetivo da convocação, a presidência encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de terça-feira, dia 23, às 14 horas, com a ordem do dia regimental. Levanta-se reunião.

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DAS ENERGIAS RENOVÁVEIS E DOS RECURSOS HÍDRICOS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 11/3/2020

Às 14h43min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Celise Laviola (substituindo o deputado Roberto Andrade, por indicação da liderança do BSMG, em virtude de vaga cedida) e os deputados Gil Pereira, Gustavo Santana e Coronel Sandro (substituindo o deputado Leandro Genaro, por indicação da liderança do BLP), membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Guilherme da Cunha e Bartô. Havendo número regimental, o presidente, deputado Gil Pereira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, a debater com o presidente da Empresa de Pesquisa Energética – EPE – o planejamento para a expansão das linhas de transmissão de energia elétrica no Estado. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Sumara Duarte Ticom, gerente executiva de Planejamento Elétrico do Operador Nacional do Sistema Elétrico, representando o presidente dessa entidade; e Tânia Mara Aparecida Costa Santos, assessora executiva de Energia da Fiemg; e os Srs. Rafael Theodoro Alves e Mello, engenheiro da Empresa de Pesquisa Energética – EPE –, representando o presidente dessa empresa; Allisson Guedes, engenheiro de Planejamento da Cemig Distribuição, representando o diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig; Alex Douglas Silva de Souza, engenheiro eletricitista da Diretoria de Engenharia da Furnas Centrais Elétricas S.A – Furnas –, representando o presidente das Centrais Elétricas Brasileiras S.A – Eletrobrás; Paulo Tadeu Ferreira Lott, gerente de Relações Institucionais da Cemig; e Márcio Danilo Costa, presidente da Câmara de Energia da Fiemg. O presidente, coautor do requerimento que deu origem ao debate, faz suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de junho de 2020.

Betinho Pinto Coelho, presidente.

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 11/3/2020

Às 14h38min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Celinho Sintrocel, André Quintão e Betão, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Celinho Sintrocel, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício do Sr. Fernando Passalio de Avelar, secretário adjunto de Desenvolvimento Econômico, publicado no *Diário do Legislativo* em 20/2/2020. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projeto de Lei nº 4.880/2017, no 2º turno (deputado André Quintão), Projetos de Lei nºs 1.802/2015, no 1º turno, 486/2019, no 1º turno, e 1.364/2019, em turno único (deputado Celinho Sintrocel). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de

proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, é aprovado, em turno único, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 596/2019 (relator: deputado Mário Henrique Caixa). Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 4.845/2020. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 6.659/2020, do deputado André Quintão, em que requer seja realizada audiência pública para debater os reflexos, em Minas Gerais, da não inclusão de novos beneficiários no programa Bolsa Família, do governo federal;

nº 6.702/2020, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater a tramitação no Congresso Nacional do Projeto de Lei Federal nº 5.761/2019, que altera a Lei Federal nº 4.886, de 9 de dezembro de 1965, que regula as atividades dos representantes comerciais autônomos, e da Proposta de Emenda à Constituição nº 108/2019, que dispõe sobre a natureza jurídica dos conselhos profissionais, dentro da perspectiva do exercício da atividade de representação comercial;

nº 6.781/2020, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado ao presidente da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais pedido de informações sobre os valores dos investimentos para a manutenção predial do Hospital de Pronto Socorro João XXIII e do Hospital Infantil João Paulo II, localizados em Belo Horizonte, visto que, na visita da comissão a esses estabelecimentos de saúde em 5 de março de 2020, os deputados puderam constatar vários problemas, como banheiros sem barras de apoio, portas sem maçanetas, buracos no forro do teto, equipamentos estragados; pias entupidas;

nº 6.782/2020, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para o pagamento do 13º salário de 2019 e o fim do parcelamento dos salários dos servidores públicos estaduais, conforme prometido, dada a disponibilidade de recursos financeiros em caixa;

nº 6.783/2020, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – e à Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Fhemig – pedido de providências para que seja recebida comissão dos trabalhadores pela Seplag e pelo presidente da rede Fhemig para negociar com o Sindicato dos Profissionais de Enfermagem, Técnicos Operacionais da Saúde, Auxiliares de Apoio a Saúde e Analistas de Gestão e Assistência a Saúde – Sindpros – e a Associação Sindical dos Trabalhadores em Hospitais do Estado de Minas Gerais – Asthemg – os termos para o fim da greve;

nº 6.784/2020, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Fhemig – pedido de providências para atendimento da população de forma adequada e para que os pacientes sejam atendidos em locais apropriados aos procedimentos necessários ao correto tratamento de saúde e não sejam colocados nos corredores dos hospitais;

nº 6.785/2020, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Fhemig – pedido de providências para o correto acondicionamento de produtos químicos da sala de raio-X, localizada no andar térreo do Hospital João XXIII, uma vez que esses produtos encontram-se em galões dentro da sala e são materiais altamente tóxicos, perigosos tanto para pacientes quanto para os servidores que trabalham no setor;

nº 6.786/2020, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado ao presidente da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais pedido de informações sobre os valores repassados ao Hospital João XXIII e ao Hospital João Paulo II referentes às verbas de custeio, destinados à compra de materiais e insumos para atendimento médico nesses hospitais;

nº 6.787/2020, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para atender a reivindicação dos servidores da rede Fhemig do pagamento da ajuda de custo referente aos dias em que os trabalhadores estiveram em greve nessa instituição;

nº 6.788/2020, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Fhemig – pedido de providências para apurar as circunstâncias e conteúdo da nota divulgada e assinada pela diretora assistencial do

Hospital João XXIII, Dra. Luciana Laurentys, intitulado Comunicado da diretoria, distribuída aos servidores desse hospital, cujo conteúdo faz ameaças aos trabalhadores em greve, direito garantido constitucionalmente;

nº 6.789/2020, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplog – pedido de providências para o imediato cumprimento do acordo judicial homologado em 2016 pelo Poder Judiciário – TJMG – Processo nº 0501441-63.2016.8.13.0000;

nº 6.790/2020, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado ao presidente da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Fhemig – pedido de informações sobre o plano de investimentos do governo para a Fhemig e a saúde em geral, especificando-se quais as metas para compensar os valores gastos abaixo da determinação constitucional; o início de tal plano; o prazo de execução; as tarefas a serem realizadas, embora, apesar da necessidade de ampliação e substituição de equipamentos permanentes antigos e obsoletos e da necessidade premente de reformas e ampliações do Hospital João XXIII observadas na visita realizada pelos deputados ao referido hospital, o recurso aplicado em saúde pelo governo em 2019 tenha ficado abaixo do mínimo constitucional de 12% e os recursos destinados aos referidos investimentos para a atualização dos equipamentos tenham ficado em menos de 0,19% do orçamento previsto;

nº 6.791/2020, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado ao presidente da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais pedido de informações sobre as circunstâncias em que se encontra o processo de fusão da ala pediátrica do Hospital João XXIII com o Hospital Pediátrico João Paulo II, bem como sobre os estudos para tomada da referida decisão e seu impacto para os trabalhadores desses hospitais, os pacientes e a comunidade em geral;

nº 6.792/2020, do deputado Betão, em que requer seja realizada audiência pública para debater e discutir o plano de carreira dos servidores do Sistema Estadual do Meio Ambiente – Sisema, Semad, Igam, Feam e IEF, bem como a situação de segurança dos servidores no cumprimento de suas atribuições, no que concerne às fiscalizações por eles realizadas;

nº 6.793/2020, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado aos secretários de Estado de Planejamento e Gestão e de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre a destinação detalhada das despesas subordinadas à fonte orçamentária da receita proveniente da taxa de fiscalização de recursos hídricos.

Em seguida, a presidência designa como relator da visita ao Hospital Infantil João Paulo II e ao Hospital João XXIII, no Município de Belo Horizonte, realizada em 5/3/2020, o deputado Betão. É aprovado o relatório da referida visita, o qual segue publicado após as assinaturas.

A presidência, nos termos do § 4º do art. 131 do Regimento Interno, a requerimento do deputado Betão, destina esta fase da reunião para ouvir os Srs. José Alves Pires, gestor ambiental, filiado ao Sindsema, e Gabriel Mendoza, diretor de Relações Institucionais do Sindsema.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de junho de 2020.

Marília Campos, presidenta.

RELATÓRIO DE VISITA**Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social****Local visitado: Hospital João XXIII****Apresentação**

Atendendo ao Requerimento em Comissão nº 6.532/2020, de autoria dos deputados Celinho Sintrocel, Betão, Professor Cleiton e da deputada Andréia de Jesus, a Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social visitou em 5/3/2020 o Hospital João XXIII, em Belo Horizonte, com a finalidade de conhecer suas condições de funcionamento e a proposta de fusão do hospital com o Hospital Infantil João Paulo II.

Participaram da visita o deputado Betão e a deputada Andréia de Jesus, tendo sido acompanhados por Frederico de Carvalho Bruzzi, diretor-geral do Hospital João XXIII; Luciana Laurentys, diretora assistencial da unidade hospitalar; Carlos Augusto dos Passos Martins, presidente do Sindicato do Profissional de Enfermagem, Auxiliar de Apoio da Saúde, Técnico Operacional da Saúde, Analista de Gestão e Assistência à Saúde – SindPros – e diretor da Associação Sindical dos Trabalhadores em Hospitais de Minas Gerais – Asthemg; Mônica Abreu, da Asthemg; vários servidores do hospital; e assessores do deputado Celinho Sintrocel e da deputada Beatriz Cerqueira.

Relato

A visita da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social ao Hospital João XXIII foi realizada com o objetivo de conhecer suas condições de funcionamento e a proposta de fusão do hospital com o Hospital Infantil João Paulo II.

O Hospital de Pronto Socorro João XXIII, fundado em 1973, compõe o complexo de urgência e emergência da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Fhemig –, sendo referência no atendimento de alta complexidade em urgência e emergência, prestado a pacientes vítimas de politraumatismos, grandes queimaduras e intoxicações. O Hospital Infantil João Paulo II, também conhecido como Centro Geral de Pediatria, é um dos maiores hospitais públicos de atendimento exclusivamente infantil no Brasil e o único no Estado.

A visita iniciou-se com uma conversa com o diretor, em que o deputado e a deputada expuseram a intenção de verificar as denúncias apresentadas pelos trabalhadores em greve relativas à precariedade das condições de trabalho e de atendimento à população, além de conhecer a proposta de fusão das unidades hospitalares João XXIII e João Paulo II, que, segundo os funcionários, pode levar à redução do número de trabalhadores e do atendimento à população. Os parlamentares demonstraram a intenção de contribuir para resolver os problemas do hospital e dos trabalhadores em greve.

Questionado se há proposta de privatização em discussão para o Hospital João XXIII, Frederico Bruzzi informou que a direção não participou de nenhuma discussão nesse sentido.

Em relação aos recursos humanos, o diretor apontou como principal problema o absenteísmo dos funcionários, que em determinados setores, como da enfermagem, chega a 30%. Esse é um dado alarmante que sugere alto índice de adoecimento dos profissionais da área, observou a deputada Andréia de Jesus. O diretor do hospital falou também da dificuldade dos trâmites para a contratação e a reposição de servidores.

Durante a conversa, servidores presentes à reunião questionaram uma carta da diretora assistencial da unidade hospitalar, Luciana Laurentys. No texto, ela afirma que os grevistas não estão seguindo as determinações judiciais a respeito do número de funcionários a serem mantidos em atividade e que a “desobediência” será tratada em processo disciplinar.

Luciana Laurentys disse que a carta não era uma ameaça, mas um aviso, já que os grevistas estariam retendo pacientes nas salas depois da liberação do médico. Os servidores presentes, contudo, relataram que a retenção se dava não em função da greve, mas

sim porque os médicos determinavam o envio dos pacientes para salas onde não há mais vagas e, assim, pessoas com vários traumas pelo corpo precisavam ficar nos corredores. Os servidores, na maioria enfermeiros e auxiliares, disseram que, nos corredores, era impossível manter a vigilância para atender casos como convulsões e que, por isso, eles estariam se negando a transportar os pacientes.

No que se refere aos problemas estruturais, o diretor informou que o edifício exige manutenção constante, como qualquer outra grande estrutura, e que o hospital conta com equipe de manutenção ativa. Reconheceu que há uma sala de raios-X fechada há anos; alegou, contudo, que ela não faz falta para o atendimento, uma vez que há outras duas salas em funcionamento.

O diretor reconheceu que o hospital passou por um período momentâneo de falta de alguns medicamentos e de alguns insumos, como esparadrapo e atadura, por problemas com fornecedores. Informou que os medicamentos foram substituídos e os insumos voltaram a ser adquiridos regularmente, enfatizando que não houve comprometimento de nenhum atendimento.

No decorrer da visita, os servidores do hospital, contrariando a fala do diretor, apresentaram a precariedade das instalações do hospital, cuja manutenção não tem sido suficiente, e informaram sobre os insumos faltantes, inclusive os de primeira necessidade, como esparadrapo, ataduras e agulhas, alegando prejuízo nos atendimentos, a exemplo do uso de fita crepe no lugar do esparadrapo, o que aumenta muito o risco de infecção.

Sobre a regularização da compra, os funcionários informaram que a aquisição dos insumos não tem sido feita de acordo com padrões técnicos adequados. O material adquirido é de baixíssima qualidade, o que gera desperdício, na medida em que é necessário utilizar uma quantidade maior de material para cada procedimento, denunciou uma servidora.

Em visita ao setor de urgência e emergência, o deputado e a deputada observaram muitos pacientes nos corredores do hospital, estando as clínicas cirúrgica, neurológica, médica, ortopédica, além da sala de politraumatizados bastante cheias. Alguns pacientes que estavam no corredor aguardavam a realização de cirurgia há 15 dias. Os funcionários do setor de emergência informaram que no momento da visita o hospital estava relativamente vazio, comparado a outros dias.

Entre as precariedades observadas nas instalações registra-se que na sala de ortopedia não há pia para lavar as mãos entre um atendimento e outro, e não há armário para guardar o material utilizado no atendimento. Nos banheiros destinados ao uso dos pacientes, não há maçanetas e barras de apoio, o que acarreta, conforme relatado, quedas e complicações nos quadros dos pacientes. Na sala de politraumatizados, três leitos estão interditados devido a infiltrações e desabamento de parte do forro do teto. Situação semelhante ocorreria em outra sala, mas diante da visita, segundo funcionários, a direção do hospital “maquiou” a sala liberando momentaneamente os leitos que estavam interditados.

De acordo com os funcionários, o hospital contava com duas salas de tomografia. Uma delas está fechada há dois anos por falta de funcionário. Uma das salas de raios-X está fechada há anos por problemas de manutenção do equipamento, estando apenas duas em funcionamento, o que gera sobrecarga dos equipamentos e aumenta a demanda por manutenção.

A sala onde é feita a revelação das imagens de raios-X teve a tubulação por onde circulavam os produtos químicos utilizados no processo danificada. Removida a tubulação, esses produtos passaram a ficar em galões dentro da sala. São materiais altamente tóxicos, perigosos tanto para pacientes quanto para os servidores que trabalham no setor. Trata-se de uma situação muito grave que coloca em risco a saúde dos trabalhadores.

A Central de Material Esterilizado – CME – conta com dois equipamentos para desinfecção, mas apenas um deles emite o certificado de esterilização exigido nos protocolos. Exatamente esse equipamento estava em manutenção há dias. Os trabalhadores denunciaram que a CME do João XXIII está recebendo material para esterilização de outras unidades hospitalares sem que tenha condições adequadas para tal.

Foram observadas também precariedade na rede elétrica e goteiras permanentes em alguns pontos do hospital, o que levou ao questionamento sobre o sistema de segurança contra incêndios. Os servidores informaram que não existe no hospital qualquer

plano de segurança contra incêndio. Um servidor da diretoria do hospital informou que o engenheiro de segurança do trabalho realizou estudo e fez projeto para instalar um sistema de segurança no hospital. O projeto foi submetido ao Corpo de Bombeiro de Minas Gerais para avaliação e aprovação.

Funcionários do hospital relataram ainda que um dos acidentes mais frequentes no edifício é por picada de escorpião.

A precariedade nas condições de trabalho é observada também na sala de descanso dos servidores, que apresenta mofo, e nos banheiros por eles utilizados, que estão em más condições de conservação.

Em visita à ala pediátrica do Hospital João XXIII, a deputada Andréia de Jesus foi informada pelos servidores sobre a transferência de leitos para a unidade hospitalar João Paulo II – Centro Geral de Pediatria – CGP –, restando, no João XXIII, apenas cinco leitos de enfermaria para a pediatria. Pretende-se, com a transferência dos leitos, ampliar as vagas de CTI pediátrico no João XXIII e as vagas de pediatria no CGP. Contudo, os funcionários não têm informações sobre como e quando essa proposta será implantada.

Quanto aos leitos transferidos para o CGP, os trabalhadores não demonstraram discordância da proposta, mas questionaram a forma como ela está sendo realizada. Segundo eles, há um prédio em construção para abrigar o CGP, cujo término da obra estava previsto para 2012, mas que ainda não está concluído. A transferência dos leitos está sendo efetivada para um espaço que não é adequado para receber novos leitos. Segundo os funcionários, em uma enfermaria com espaço para três leitos estão sendo alocados seis.

Sobre a fusão das unidades hospitalares, o diretor do hospital João XXIII informou que já há o compartilhamento do trabalho de várias clínicas. Pretende-se reduzir custos e ampliar a eficiência com os ganhos de escala proporcionados pela fusão dos hospitais. Informou também que na fusão serão mantidas todas as linhas de cuidados e que não está prevista redução de pessoal.

Ao longo de toda a visita observou-se uma disputa de narrativas entre a direção do hospital e os funcionários. Para a direção, os problemas do hospital são pontuais e os transtornos observados são decorrentes da greve. Já os servidores reiteravam que os problemas do hospital acontecem há anos e estão entre os motivos da paralisação.

Ressaltamos que, em 2017, esta Casa realizou visita ao Hospital João XXIII para tratar de questões relacionadas às condições de trabalho e à estrutura de funcionamento do hospital, o que demonstra que parte dos problemas observados durante a visita já ocorriam no hospital naquela época, como atraso na compra de medicamentos e morosidade para manutenção de equipamentos e para reposição de recursos humanos.

Conclusão

A comissão cumpriu a finalidade da visita, tendo obtido esclarecimentos acerca do funcionamento e da estrutura do Hospital João XXIII. Sobre o processo de fusão das unidades hospitalares João XXIII e João Paulo II, as informações foram superficiais e insuficientes para o acompanhamento do processo. Todavia, esta comissão aprovou Requerimento nº 4.853/2020, através do qual encaminha de pedido de informações ao presidente da Fhemig sobre a fusão das referidas unidades hospitalares.

Sala das Comissões, 11 de março de 2020.

Betão, relator.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

COMUNICAÇÃO DA PRESIDÊNCIA

A presidência informa ao Plenário que, nos termos do Item 2.5 do Acordo de Líderes publicado no *Diário do Legislativo* de 21/3/2020, foram aprovados conclusivamente pela Mesa da Assembleia os seguintes requerimentos:

- Requerimentos n°s 5.774 e 5.815/2020, do deputado Doutor Jean Freire;
- Requerimento n° 5.793/2020, da deputada Ione Pinheiro;
- Requerimentos n°s 5.801, 5.803 e 5.804/2020, da Comissão de Minas e Energia;
- Requerimento n° 5.808/2020, do deputado Dalmo Ribeiro Silva;
- Requerimentos n°s 5.809, 5.836 e 5.837/2020, da deputada Ana Paula Siqueira;
- Requerimentos n°s 5.810, 5.816, 5.817 e 5.853 a 5.855/2020, da deputada Beatriz Cerqueira;
- Requerimentos n°s 5.811 e 5.812/2020, do deputado Fernando Pacheco;
- Requerimento n° 5.838/2020, da Comissão de Assuntos Municipais;
- Requerimentos n°s 5.848 e 5.849/2020, da Comissão do Trabalho;
- Requerimentos n°s 5.856 a 5.858/2020, do deputado Carlos Henrique;
- Requerimento n° 5.861/2020, do deputado Mauro Tramonte;
- Requerimento n° 5.862/2020, da Comissão de Direitos da Mulher;
- Requerimento n° 5.865/2020, do deputado Alencar da Silveira Jr.; e
- Requerimento n° 5.866/2020, da deputada Rosângela Reis.

Publique-se para os fins do art. 104 do Regimento Interno.

Sala das Reuniões, 19 de junho de 2020.

Agostinho Patrus, presidente.



ACORDO DE LÍDERES

ACORDO DE LÍDERES

Considerando o Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* do dia 21/3/2020 e a Deliberação da Mesa n° 2.737, de 23/3/2020, que regulamenta a deliberação remota de proposições legislativas no âmbito do Plenário da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, ambos editados em razão da pandemia de covid-19, causada pelo novo coronavírus;

considerando que, em um primeiro momento, a Assembleia preservou a continuidade das atividades legislativas para tratar exclusivamente de medidas de caráter urgente de combate e enfrentamento à emergência de saúde pública relacionada à pandemia de covid-19 ou de mitigação de suas consequências sociais e econômicas;

considerando a longa duração da situação de emergência em saúde pública no Estado em razão da pandemia de covid-19 e a necessidade da retomada gradual da atividade legislativa regular, inclusive da realização de reuniões ordinárias e extraordinárias de Plenário;

e considerando a necessidade de observância das recomendações das autoridades sanitárias quanto à presença e ao distanciamento de pessoas nos espaços destinados às reuniões e em suas áreas contíguas, bem como a existência de recursos tecnológicos capazes de viabilizar a realização remota de reuniões;

os deputados que este subscrevem, representando a totalidade dos membros do Colégio de Líderes, acordam que, além das atividades legislativas previstas no item 1.1 do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* do dia 21/3/2020, será retomada, de forma remota, a realização de reuniões ordinárias e extraordinárias de Plenário, nos termos dos incisos II e IV do art. 14 e dos arts. 22 e 23 do Regimento Interno e demais normas regimentais aplicáveis.

Sala das Reuniões, 19 de junho de 2020.

Sávio Souza Cruz, líder do BMTH – Cássio Soares, líder do BLP – Gustavo Valadares, líder do BSMG – André Quintão, líder do BDL – Inácio Franco, líder da Maioria – Ulysses Gomes, líder da Minoria.

DECISÃO DA MESA

A Mesa da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições, em especial das previstas no art. 74 e no inciso I do *caput* do art. 79 do Regimento Interno, acolhe e determina o cumprimento do Acordo de Líderes de 19 de junho de 2020, subscrito pela totalidade de seus membros, e estabelece as seguintes normas complementares:

Art. 1º – A realização de reuniões ordinárias e extraordinárias de Plenário nos termos dos incisos II e IV do art. 14 do Regimento Interno será retomada, de forma remota, a partir do dia 22/6/2020, aplicando-se a elas o disposto no art. 1º, nos §§ 4º a 7º do art. 2º e nos arts. 5º, 7º, 8º e 9º da Deliberação da Mesa nº 2.737/2020, com a ressalva de que a votação será realizada em duas chamadas.

Art. 2º – O recebimento de proposições e correspondências voltará a ocorrer nas reuniões ordinárias de Plenário, nos termos dos arts. 25 e 26 do Regimento Interno.

Parágrafo único – As matérias de caráter urgente relacionadas ao combate e enfrentamento à pandemia de covid-19 ou de mitigação de suas consequências sociais e econômicas poderão ser recebidas fora de reunião de Plenário, com a publicação do recebimento no *Diário do Legislativo*.

Art. 3º – As reuniões extraordinárias de Plenário para tratar de matérias a que se refere o parágrafo único do art. 2º desta decisão continuarão a ser realizadas sempre que necessário, aplicando-se a elas as disposições previstas no Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* do dia 21/3/2020 e na Deliberação da Mesa nº 2.737, de 23/3/2020.

Art. 4º – Esta decisão entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 19 de junho de 2020.

Deputado Agostinho Patrus, presidente – Deputado Antonio Carlos Arantes, 1º-vice-presidente – Deputado Cristiano Silveira, 2º-vice-presidente – Deputado Alencar da Silveira Jr., 3º-vice-presidente – Deputado Tadeu Martins Leite, 1º-secretário – Deputado Carlos Henrique, 2º-secretário – Deputado Arlen Santiago, 3º-secretário.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

TERMO DE ADITAMENTO Nº 24/2020

Número no Siad: 9223974-1/2020

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Atrium Empresa de Viagens e Turismo Ltda. Objeto: prestação dos serviços de fornecimento de passagens aéreas nacionais e internacionais, incluindo volumes extras de bagagens, quando for o caso, de todas as companhias de transporte aéreo, incluindo reserva, emissão, remarcação, marcação de lugares, cancelamento e reembolso de bilhetes aéreos; serviço de hospedagem em hotel no território nacional e no exterior; contratação de seguro no caso de viagem ao exterior; locação de veículos na localidade de destino, com ou sem motorista, e com combustível e seguro total; traslados e recepção em aeroportos; e despachantes para solicitação de vistos. Objeto do aditamento: primeira prorrogação, sem reajuste de preço. Vigência: 12 meses, de 19/3/2020 a 18/3/2021. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4239.0001-3.3.90 (10.1).

TERMO DE ADITAMENTO Nº 33/2020**Número no Siad: 9223952-1/2020**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Artebrilho Multiserviços Ltda. Objeto: prestação de serviços de condução de automóveis. Objeto do aditamento: revisão de preços em razão de nova convenção coletiva de trabalho e aumento do preço do transporte coletivo em Belo Horizonte. Vigência: a partir da assinatura, com efeitos retroativos a 1º/1/2019. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4239.0001-3.3.90 (10.1).

TERMO DE ADITAMENTO Nº 34/2020**Número no Siad: 9223878-1/2020**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Squadra Tecnologia S.A. Objeto: prestação de serviços de fábrica de *software* para desenvolvimento e manutenção de aplicações e sistemas da informação. Objeto do aditamento: quarta prorrogação, com reajuste de preço. Vigência: 12 meses, de 5/7/2020 a 4/7/2021. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4239.0001-3.3.90 (10.1).

TERMO DE ADITAMENTO Nº 38/2020**Número no Siad: 9223874-2/2020**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Somitec Sociedade de Montagens e Instalações Técnicas Ltda. Objeto: prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva nos sistemas de detecção e alarme de incêndio, circuito fechado de TV – CFTV – e Controle de Acesso – SCA – da contratante. Objeto do aditamento: quarta prorrogação, por 12 meses, com reajuste. Vigência: 12 meses contados a partir de 21/6/2020. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4239.0001-3.3.90 (10.1).

TERMO DE ADITAMENTO Nº 40/2020**Número no Siad: 9225606-1/2020**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Atual Service Ltda. Objeto: prestação de serviços gerais, de suporte à gestão patrimonial e de materiais, com fornecimento de uniformes, equipamentos de segurança e material necessário, nas dependências da contratante e em seus anexos, em feiras e exposições em órgãos públicos. Objeto do aditamento: revisão dos valores em decorrência de convenção coletiva de trabalho, a partir de 1º/1/2020. Quarta prorrogação de sua vigência, sem reajuste de preços, por 12 meses, com termo inicial em 22/6/2020 e final em 21/6/2021, com alteração quantitativa (exclusão de dois prestantes e acréscimo de outro). Vigência: a partir da data de assinatura, com efeitos retroativos a 1º/1/2020, em relação à revisão de preços decorrente da convenção coletiva do trabalho, e por 12 meses, com termo inicial em 22/6/2020 e final em 21/6/2021, em relação à prorrogação contratual e à alteração quantitativa. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4239.0001-3.3.90 (10.1).